



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 22 - Nº 404- DE 23 DE JANEIRO A 06 DE FEVEREIRO DE 2011 - R\$ 3,00

RIO DE JANEIRO: 765 MORTOS

UMA TRAGÉDIA DO CAPITALISMO



XI Congresso Nacional do POR: um firme passo rumo à construção do partido marxista-leninista-trotskista no Brasil

Aumento das tarifas nos transportes gera protestos pelo país

Manifesto do Partido Operário Revolucionário

Rio de Janeiro, 765 mortos: Uma tragédia do capitalismo

Um dilúvio desabou sobre o Rio de Janeiro. Inundou as cidades serranas de Nova Friburgo, Teresópolis, Petrópolis e Sumidouro. Até o momento, contam-se 765 mortos, milhares de desaparecidos, desabrigados e feridos.

A tragédia obriga explicações. Lá vêm os jornalistas, os especialistas, políticos da burguesia e governos com as justificativas de que a catástrofe humana se deve ao gigantesco índice pluviométrico, à falta de previsão meteorológica, a inação das autoridades locais, a incapacidade do governo federal de investir na infra-estrutura urbana, no dinheiro não aplicado, no oportunismo dos políticos que apóiam as ocupações desordenadas do solo, no aumento das áreas de risco etc. Tudo isso tem a ver com as casas soterradas e arrastadas pelas correntezas.

De fato, um aumento da densidade da chuva de 6 mm para 279,9 mm, como ocorreu em Nova Friburgo, constitui uma excepcionalidade que atingiria fatalmente a população em qualquer parte do mundo. Que a falta de previsão da chegada do dilúvio e da precariedade das precauções para proteger milhares e milhares de moradores é uma irresponsabilidade do Estado, quanto a isso não há a menor dúvida. Que uma multidão de pessoas constrói suas moradias em encostas, sobre terrenos arenosos e às margens dos rios e que assim estão sujeitas a desgraças é uma causa tão conhecida quanto à de que chuvas torrenciais ocorrem no começo do ano. Que os governos destinam verbas escassas para a urbanização dos bairros pobres é uma denúncia que volta e meia aparece nas páginas da imprensa – servem às disputas políticas interburguesas.

Sob o impacto das cidades inundadas, dos desmoronamentos, dos rios tudo arrastando e dos corpos sendo resgatados, a imprensa dá o tom de consternação, de solidariedade humana e de críticas à recorrência de tragédias. Arma-se de pesquisas sobre inundações e mortes no Brasil, no Rio de Janeiro e no mundo. Uma enorme campanha é montada para acobertar a raiz do problema, das causas primárias dos acontecimentos. Um batalhão de formadores de opinião lança sobre os olhos das massas oprimidas um véu de lamentações e de explicações que não lhes permitem identificar a responsabilidade da classe capitalista, da exploração do trabalho, do salário mínimo de fome, do desemprego e do subemprego.

Vasto contingente de oprimidos, de pobres, de famintos se aglomera em bairros operários empobrecidos, em favelas e em miseráveis cortiços. Onde vão morar senão nos morros, nas encostas, nas margens dos rios? Constroem desordenadamente suas habitações e sem nenhuma estrutura material e de engenharia. Os salários de fome, o subemprego e o desemprego lhes impõem essas condições. De forma que as moradias e o espaço urbano não estão preparados para enfrentar a elevação pluviométrica da natureza e a força das águas.

Notem que os bairros da burguesia e da alta classe média edificam-se como uma fortaleza. As condições econômicas dessa camada social colocam a mais avançada tecnologia de construção ao seu dispor, os melhores locais para armar a estrutura habitacional lhes pertencem e a administração pública está inteiramente ao seu dispor. Os ricos se protegem ao máximo frente às possibilidades de catástrofes. E assim o fazem porque como classe burguesa detêm a grande proprie-

dade dos meios de produção. E a alta classe média pode usufruir de parte substancial das riquezas produzidas pela classe operária, pelos camponeses e pelos demais explorados. Está aí por que a tragédia humana do Rio de Janeiro é uma tragédia de classe.

Devemos rechaçar o humanitarismo da burguesia e de seus serviços que usam a imprensa para ocultar a exploração do trabalho. É das relações capitalistas de produção e distribuição de riqueza que emerge o edifício social. A gigantesca concentração de pobres e miseráveis nos grandes centros urbanos e as tragédias resultam dessas relações. As massas estão à mercê da violência de classe dos exploradores e das forças naturais.

As condições materiais e científicas para o homem se proteger das inevitáveis turbulências da natureza são infinitamente maiores do que as do passado. Mas esse homem está dividido em classes. A minoria capitalista e de ricos usufrui dessas condições, enquanto que a maioria não.

Era para a população ganhar as ruas e invadir os bairros burgueses em defesa de suas vidas. Era para se levantar contra os governos dos ricos. Era para rechaçar o humanitarismo hipócrita das instituições burguesas. Era para arrancar dos governantes a proteção imediata das famílias atingidas. Mas porque assim não acontece? Porque a classe operária está desorganizada. Porque os camponeses do MST permanecem isolados da classe operária. Porque as vastas camadas pobres da classe média urbana não vêem uma saída política que somente o proletariado pode apresentar.

A CUT está estatizada pela política do PT. Os sindicatos se acham tolhidos pela burocracia vendida. As associações de bairro servem à política eleitoral dos partidos burgueses. A classe que pode combater a barbárie capitalista – a mortandade no Rio de Janeiro é uma de suas manifestações – é a classe operária. O seu controle político e organizativo pelo PT e pela burocracia sindical é um poderoso obstáculo.

Acontecimentos como as do Rio de Janeiro indicam que a tarefa fundamental é de construir o Partido Operário Revolucionário, cujo programa é o da revolução social, ponto de partida para liquidar o poder da burguesia e acabar com os privilégios de classe. Com a propriedade dos meios de produção coletivizada, os trabalhadores poderão planejar uma nova sociedade e começar imediatamente a resolver os problemas fundamentais da miséria, da fome, da moradia, da saúde e da educação.

- **Operários, camponeses, classe média oprimida e juventude, não nos percam nas lamentações demagógicas da burguesia, não aceitemos as explicações esfarrapadas espalhadas pela imprensa!**
- **Explorados, apontemos a classe capitalista e seu sistema social como responsáveis pela tragédia humana do Rio de Janeiro!**
- **Exijamos uma imediata ação de defesa das famílias atingidas!**
- **Levantemos uma plataforma de reivindicações em defesa do emprego a todos, de implantação do salário mínimo vital e de verdadeiras moradias!**
- **Lutemos para acabar com a sociedade de classe!**
- **Construamos o partido da revolução proletária!**

14/Janeiro/2011

Dilma: Primeiros passos

Há a expectativa de uma parte da classe capitalista de que o novo governo de Dilma Rousseff se distancie da gestão de Lula. Sabe-se que não haverá uma ruptura com o lulismo, responsável por manter o PT no poder. Mas se espera uma mudança quanto à política exterior e quanto ao direcionamento dos recursos da União.

O balanço dos porta-vozes mais comprometidos com o imperialismo é de que a experiência do afastamento do Brasil da órbita dos Estados Unidos não foi boa para o País. E que não é sustentável. Não se pode pretender colocar-se no centro de conflitos como os do Oriente Médio. O Brasil, afinal, não é uma potência econômica e militar. De fato, o Brasil não deixou de ser uma semicolônia pela simples razão de elevar o PIB para o quinto lugar no mundo capitalista.

O mesmo se pode dizer em relação ao topete de Lula erguido na América Latina. Interpreta-se como um antiamericanismo, que, apesar de inócuo, acaba incentivando o populismo demagógico e desestabilizador de um Hugo Chávez. A burguesia norte-americana não deixou de reconhecer o valor de Lula como caudilho que garantiu a expansão das multinacionais no Brasil e a obtenção de alta lucratividade. A estabilidade macroeconômica foi um grande feito do governo Lula. O que ultrapassou a avaliação do imperialismo. Teve a grandeza – segundo a burguesia interna e externa – de manter as diretrizes do governo de Fernando H. Cardoso, que afinal de contas não fez senão cumprir a orientação do capital financeiro internacional.

Mas Lula não deveria se exceder na diplomacia mundial. Muito contribuiu na crise colocando os recursos do Brasil para concretizar a diretriz do G-20 de proteger o capital financeiro. Esse reconhecimento ninguém nega a Lula. O problema começa quando procura confluir os interesses nacionais da semicolônia com os interesses de outras semicolônias. O Brasil se torna, nesse caso, inconveniente para os objetivos dos Estados Unidos e para o imperialismo em geral.

A tentativa de evitar um cerco econômico e militar dos Estados Unidos ao Irã em razão dos persas desenvolverem um programa nuclear autônomo foi considerada petulante. Não importa se o Brasil estava apenas defendendo o direito de País que se ressentido do controle de seu programa atômico pelos Estados Unidos que utilizam a AIA para tal fim. Também foi muito criticada a oposição de Lula diante da edificação de bases militares na Colômbia, ainda que tenha se limitado a lamentos verbais.

As distintas posições dos Estados Unidos e Brasil perante o golpe em Honduras acabaram sendo absorvidas no âmbito da OEA, mas se configuraram como antiamericanismo. Os porta-vozes internos dos Estados Unidos fizeram campanha sistemática para mostrar que o Brasil não tinha por que contrariar as soluções norte-americanas. O golpe não deveria ser apoiado uma vez que contrariava a Carta Democrática da OEA, mas o presidente Zelaya que havia se aproximado de Chávez não deveria ser reconduzido ao poder.

Segundo os porta-vozes do imperialismo – certamente muito bem recompensados – o erro do governo Lula foi o de ideologizar as posições do Itamaraty. Ou seja, potencializar um

antiamericanismo histórico da diplomacia brasileira.

O caso dos Direitos Humanos viera a corroborar ainda mais com essa caracterização. Não havia por que o Brasil identificar a linha dos Direitos Humanos da ONU com a dos Estados Unidos. Ocorre que de fato é uma só diretriz. Usar os direitos humanos para condenar Cuba, Irã, China etc seria apoiar o intervencionismo dos Estados Unidos, carro chefe do imperialismo.

O que se espera de Dilma é que ajuste a política econômica interna pró-imperialista com a política externa de colaboração com os Estados Unidos nas questões estratégicas e que envolvam a unidade das potências imperialistas. Não por acaso, a mandatária brasileira assim que foi eleita elegeu para dar uma entrevista o Washington Post (18/11/10). Indicou mudanças na linha do Itamaraty, a começar pela apresentação de divergência quanto à abstenção do Brasil na ONU na votação da condenação do Irã pela violação dos direitos humanos.

Esse gesto, vindo da autoridade máxima do País, significou a revogação da abstenção e a afirmação da condenação. O aplauso da direita pró-imperialista foi geral. Os Estados Unidos se ufanaram com a ousadia de Dilma. É evidente que não há País capitalista que não exerça violência contra opositores e fundamentalmente contra os explorados. O imperialismo acoberta as violações dos direitos democráticos mais elementares em sua casa e seleciona os governos e países que devem ser punidos pelas mesmas razões.

Assim, Dilma acaba de realinhar o Brasil por trás da política imperialista dos direitos humanos. É verdade que Lula já começava a fazer uma virada ao refazer o voto brasileiro na ONU sobre o bloqueio econômico ao Irã.

A mudança verbal operada pelo novo governo passou a ter sintomas práticos. Juntamente com a China, Rússia, Turquia, etc., Dilma rejeitou a oferta de Mahmoud Ahmadinejad de os países considerados não inimigos fazerem uma inspeção nas instalações nucleares do Irã. Aceitaram a Liga Árabe, Egito, Síria, Cuba, Omã e Venezuela.

O senador republicano John McCain, que disputou a presidência com Obama, esteve no Brasil com Dilma na segunda semana de janeiro, objetivando vender armas ao Brasil. Aproveitou para dizer que a “aproximação com o Irã não foi inteligente”. Reconheceu o papel de intermediação do Brasil nos conflitos da América Latina, ou seja, a pressão de Lula sobre Chávez e Morales para não se excederem na retórica nacionalista. Expôs a tese de que o alinhamento do Brasil com os “emergentes” como China, Venezuela e Irã não era do gosto dos ianques.

Nos últimos momentos de seu governo, Lula reconheceu as fronteiras para a constituição do Estado palestino anteriores às ocupações de Israel na guerra de 1967, como prescreveu a ONU. Não deixou para Dilma essa decisão. Certamente, tinha claro que a nova presidente não suportaria as pressões dos sionistas e dos Estados Unidos.

Tudo indica, portanto, que Dilma irá fazer parte do coro regido pelos Estados Unidos. Os primeiros passos da presidente para a direita foram sinalizados com outros movimentos. Trouxe para a Secretaria dos Direitos Humanos

a petista Maria do Rosário. A nova ministra anunciou que mudará o eixo traçado pelos ex-ministros Nilmário Miranda e Paulo Vannuchi que conduziram a Secretaria a esclarecer os crimes da ditadura militar e a indenizar as vítimas.

A meta de Vannuchi de abrir os arquivos, encontrar as ossadas dos desaparecidos e responsabilizar juridicamente os torturadores foi ladeira abaixo. O ministro da Defesa se encarregou de sepultá-la. Lula se mostrou acanhado diante do descontentamento dos militares. Apoiou-se na decisão pró-ditadura do Supremo Tribunal Federal (STF) de que a Lei da Anistia abrangia os torturadores e assassinos para liquidar as teses de Vannuchi, mesmo que amparadas pelo órgão dos Direitos Humanos da OEA.

Segundo a nova ministra, os direitos das crianças serão prioridades. Quanto aos desaparecidos, assassinados e torturados, a Secretaria não irá além de prestar esclarecimento aos familiares. Nada de punição aos torturadores.

A bandeira de Maria Rosário é de reconciliação. Vannuchi entendia que a reconciliação viria com o Estado reconhecendo sua responsabilidade e com os torturadores prestando contas dos atos que violaram a legalidade. Essa diretriz não foi aceita pelos militares. O ministro da Defesa, Nelson Jobim, mantido

Os primeiros 20 dias do governo de Rosalba (DEM) no RN

Nos primeiros dias do governo Rosalba, o discurso utilizado não é diferente de todos os governos que estão assumindo ou continuando no comando do Estado capitalista: que o Estado está em crise. É uma das justificativas para os cortes que serão feitos nos serviços públicos.

Passados oito anos do governo do PSB, com um visível arrocho salarial dos servidores e a contenção das lutas pela grande maioria dos sindicatos que davam sustentação ao governo, os trabalhadores já foram informados de que nos primeiros anos do governo do DEM serão para “arrumar a casa”.

Mesmo sendo um governo de “oposição” ao governo federal, Rosalba já anunciou suas “afinidades” com a presidente Dilma, e afirma que também será um governo de “austeridade fiscal” e como uma das primeiras medidas determinou o corte de 30% em cada secretaria estadual. O que significa que os setores como saúde e educação, já penalizados, serão duramente atingidos. Somados às dívidas deixadas pelo governo anterior de mais de um bilhão de reais, onde só na saúde o débito com empresas privadas, cooperativas e outros chega a mais de dois milhões, e na educação as empresas terceirizadas, principalmente no setor de limpeza, também cobram débitos com o estado, tem-se um rombo gigantesco nas contas do estado do Rio Grande do Norte. Ou seja, o governo não pretende “dar calote” nos grupos políticos das empresas privadas, mas no que diz respeito aos salários dos servidores a governadora já informa que está impossibilitada de fazer qualquer discussão.

Rosalba procura obter maioria na Assembleia Legislativa e faz acordos com setores de sustentação do governo federal como o PMDB, que no estado é parte dos grupos oligárquicos e, portanto, seu aliado.

O que temos é um governo que assume as mesmas medidas

no cargo, ficou entusiasmado com a virada de Dilma, expressa pela nova ministra que já ficou com os olhos marejados quando falou sobre a dura situação das crianças pobres.

O novo ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Elito Carvalho Siqueira, foi um dos militares que participaram do combate à Guerrilha do Araguaia. As torturas, as execuções e a ocultação de cadáveres foram fartamente praticadas no Araguaia. A primeira declaração do general dedicou-se à defesa da ditadura. A repreensão da presidenta foi para “inglês ver”!

A questão dos crimes políticos da ditadura saiu das mãos da Secretaria dos Direitos Humanos e passou para a pasta da Defesa. Jobim contratou José Genoíno para assessorá-lo no ministério. O ex-militante do PCdoB, quase participante da “guerrilha” do Araguaia, ex-parlamentar cassado no episódio do mensalão e candidato petista não eleito terá a função de negociar uma saída com os militares de forma a ajustar o Brasil à OEA que não aceitou a decisão do STF sobre a anistia aos torturadores.

O governo de Dilma se assenta na impotência do governo Lula frente ao imperialismo e às instituições da ditadura preservadas e faz uma virada para a direita.

de manter o Estado a serviço dos grandes grupos capitalistas nacionais e internacionais e que seguirá à risca os receituários econômicos implementados pelo governo de Dilma (PT).

Os servidores públicos e a tarefa para o “novo” governo:

Rosalba que se utiliza do discurso de moralidade no serviço público manterá benefícios aos setores privados, sucateando serviços essenciais aos trabalhadores. Junto a isso, o tratamento que é dado aos servidores públicos é de exigir competência e desempenho a todo custo, responsabilizando-os pela crise instalada, compactuando com todos os desmandos da administração anterior e provando que todos os privilégios, acordos políticos e outros, se manterão neste governo. Mais uma vez os servidores e a população serão os que sustentarão toda crise.

As organizações sindicais, que em sua maioria são dirigidas pelo PT e PCdoB, que sustentaram o governo anterior do PSB, devem manter a linha política da luta no campo parlamentar, apenas para o desgaste político como tem feito com o governo de Mírcia de Souza (PV). São direções que passaram oito anos colaborando com os ataques desfechados pelo governo de Dilma/PSB. Portanto, não merecem a confiança dos trabalhadores. Assim, no RN, como em nível nacional, é preciso que os trabalhadores expulsem essas direções que têm levado o movimento a sucessivas derrotas. É obrigação dos marxistas denunciarem de forma impiedosa essas burocracias vendidas no seio do movimento sindical. Está colocada a tarefa de propagandear e agitar uma plataforma de reivindicações do funcionalismo e da população oprimida. O POR se coloca por responder a cada medida de Rosalba, organizando a luta direta.

Battisti fica?

O presidente da República, no último suspiro de seu governo, decidiu que o ex-militante do extinto Proletários Armados pelo Comunismo, Cesare Battisti, que atuou com métodos terroristas na década de 1970, não será extraditado para a Itália. Como não poderia deixar de ser, a reação externa e interna foi de condenar a decisão de Lula.

O conflito entre o governo brasileiro e o italiano começou, em 2008, no momento em que o Comitê Nacional para Refugiados emitiu o parecer favorável à extradição de Battisti. O ministro Tarso Genro, da Justiça, contestou o parecer, colocando-se pela concessão de refúgio. O governo Lula assumiu a linha de defesa do Ministério da Justiça.

O governo italiano recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF), que por 5 votos a 4 aprovou a entrega de Battisti, mas deixou a decisão final para o Presidente da República. Por quê? Porque se trata de um ato de soberania nacional.

O reacionário STF teve o comedimento, dada a divisão interna, de não passar por cima da autoridade máxima do País. A meta era de potencializar as pressões políticas sobre o governo, de forma que Lula cedesse. A imprensa fez uma gigantesca campanha em favor do Estado italiano e do particular interesse do governo Silvio Berlusconi de extraditar Battisti.

O refugiado permanece preso no Brasil deste março de 2007. O jogo político entre os dois governos custaram a Battisti cerca de 3 anos de detenção. A estratégia da administração de Lula foi de arrastar a decisão até o final de seu mandato. Mas o conflito não foi definitivamente resolvido. O STF mantém a detenção de Battisti e aguarda que o governo italiano recorra da decisão de Lula.

O novo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, avalia que o STF não contrariará a concessão de refúgio. Mas o simples fato de não libertar imediatamente Battisti é uma afronta à decisão governamental e à soberania do País.

A campanha em favor da anulação do ato presidencial se baseia no argumento de que o Brasil assinou o tratado de extradição com a Itália. O ex-ministro Tarso Genro questionou o parecer do Comitê Nacional para Refugiados com a justificativa de que ex-militante da luta armada não foi julgado por crime político em seu país.

De fato, Battisti se refugiou na França em 1981, lá permanecendo até 2004, quando, sob a ameaça de perder o refúgio, fugiu para o Brasil. A condenação em um julgamento à revelia tipificou as mortes atribuídas a Battisti como crime comum. Battisti nega ser o autor das quatro mortes a ele atribuídas. As mortes foi a ele atribuídas por meio da delação premiada. Um ex-companheiro do PAC o delatou para obter vantagem da Justiça.

A manobra do Judiciário italiano é evidentemente grosseira. Uma condenação por crime político facilitaria a Battisti a reivindicação de direito ao refúgio. Mas como qualificar o ex-militante do PAC de “delinquente comum” quando agia em nome de uma causa e não de interesses particulares? Os defensores da extradição de Battisti escondem os fatos para argumentar hipocritamente em nome da justiça, da humanidade e da satisfação à dor dos familiares dos mortos.

Caso Lula entregasse Battisti para cumprir a sentença de prisão perpétua, estaria partilhando da farsa judiciária italiana e da vingança política do Estado. Não ficaria bem, nessas condições,

para Tarso Genro e Lula constar em sua biografia de “esquerda” a entrega de Battisti.

O presidente-caudilho pôde resistir à investida do Estado italiano, do STF, da oposição e da grande imprensa amparado pelos ventos favoráveis da economia e da popularidade. A reação espumou e agiu por dentro e por fora das instituições do Estado brasileiro para demover Lula. Tudo indica que os generais das Forças Armadas ficaram nos bastidores, sem necessidade de se manifestarem. O que permitiu ao Presidente manobrar a questão até o final do mandato.

Cabe à presidente Dilma Rouseff pôr um ponto final na história, caso o STF acate o recurso do governo Italiano. Battisti deveria estar solto a tempo. Três anos de prisão no Brasil significam cumprimento de pena. Nisso o governo Lula mostrou sua debilidade como governo burguês que apregoa a soberania nacional.

O Partido Operário Revolucionário (POR) se posicionou desde o início pela liberdade de Battisti e pela concessão imediata de refúgio. Quem pode julgar os erros e o uso da violência pelas correntes pequeno-burguesas foquistas e terroristas são os explorados.

A burguesia e seu Estado cometem diariamente a violência reacionária contra os explorados e contra as nações oprimidas.

O POR se opõe diametralmente ao terrorismo, por não ser o método de luta da classe operária. A violência revolucionária do proletariado emana da sua ação coletiva, distinta das iniciativas individuais do terrorismo.

Que o STF acate imediatamente o direito de refúgio a Cesare Battisti!

Quem deveria estar na prisão

O premiê Berlusconi vem usando o caso Battisti para desviar atenção da crise política que abate sobre seu governo. Conseguiu unir a direita e a esquerda burguesa no parlamento para pressionar Lula. A extradição de Battisti seria um trunfo nacional.

Para evitar responder às acusações de corrupção e aos bacanais com prostitutas – incluindo uma menor de idade –, Berlusconi havia aprovado no parlamento uma medida denominada “impedimento legítimo”, que o livrava de responder a intimações da Justiça. No entanto, o expediente da imunidade foi considerado ilegal pela Corte Constitucional italiana.

Dois processos estão em andamento contra Berlusconi: um por fraude fiscal envolvendo sua empresa de comunicação (Mediaset) e outro por subornar uma testemunha. Mas o primeiro-ministro está envolvido em vinte processos por corrupção.

Ainda ressoam as orgias com mulheres de programa promovidas por Berlusconi. O uso dos “serviços” de uma menor imigrante repercutiu como escândalo internacional.

O milionário dono dos meios de comunicação na Itália faz e desfaz. O parlamento lhe é submisso. E a oposição se encontra adaptada à corrupção. Parte dela, vem do ex-Partido Comunista Italiano.

Não é Battisti quem deve ir para a prisão, mas sim o reacionário e corrupto Berlusconi. A tarefa é constituir um tribunal popular, formado pela classe operária, para apurar os crimes do governo e a conivência do parlamento.

A impostura dos lambertistas

“O Trabalho” permanece no PT aburguesado e oligarquizado, mantém-se agarrado à burocracia estatizante da CUT e trabalhou como cabo eleitoral da candidatura de Dilma Rousseff. Sua direção tinha e tem plena consciência de que se constituiria um governo burguês pró-imperialista. No entanto, ocultou e oculta seu conteúdo de classe e evita caracterizá-lo.

O editorial do “O Trabalho”, cujo título é “Preparando um ano de lutas”, começa mistificando o novo governo. Eis: “Ao receber a faixa presidencial, a presidente Dilma recebe também a responsabilidade de atender as demandas populares expressas nos 56 milhões de votos que lhe foram dados.” Por que não dizer que Dilma tomou posse para formar um novo governo burguês? Por que não dizer que há um divórcio total entre as aspirações das massas iludidas eleitoralmente e a governante eleita para exercer a ditadura de classe da minoria capitalista sobre a maioria explorada?

A próxima frase do editorial desfaz a primeira: “Os primeiros anúncios após a posse não correspondem à expectativa por medidas concretas que respondam aos interesses da maioria, como aumento do salário mínimo, a reforma agrária, a defesa do patrimônio, dos serviços e servidores públicos.” Mais uma vez indagamos, por que já nos primeiros anúncios governamentais Dilma não corresponde “a expectativa por medidas concretas que correspondam aos interesses da maioria”? Por que não dizer a verdade de classe? Ou seja, porque não é um governo da maioria e sim da minoria capitalista!

O restante do editorial constata as medidas antioperárias e pró-imperialistas de Dilma. “O Trabalho” se indigna com a posição do ministro de Defesa Nelson Jobim de privatizar os aeroportos, mas não

diz por que Dilma o manteve nesse posto chave. Reclama do ministro da Fazenda Guido Mantega ter ameaçado com o veto presidencial o reajuste do salário-mínimo acima de R\$ 540,00. Não se dá a responsabilidade de mostrar que Mantega está a serviço da política econômica da burguesia. Protesta contra a promessa de Dilma em manter o Brasil no comando das tropas intervencionistas no Haiti (Minustah), mas omite que Lula serviu ao imperialismo, nesse particular, e que Dilma não faz senão manter o compromisso de apoio à opressão nacional.

Quixotesicamente, o editorial exorta: “É hora de começar a cobrar do novo governo. A luta da maioria oprimida continua.” (...) “O PT (...) não pode seguir calado e deve apoiar as reivindicações dos trabalhadores.” “O Trabalho” se esforçou por eleger o governo burguês de Dilma e acha que pode agora cobrar alguma coisa. “O Trabalho” se acha adaptado ao PT apodrecido e quer que este contrarie a política capitalista de seu governo.

Para concluir, o editorial elogia a CUT por ter mantido o aumento do salário mínimo para R\$ 580,00. A verdade é que as Centrais negociam alguma querela com o governo. R\$ 540,00; R\$ 550,00 ou R\$ 580,00 perpetuam a superexploração e a fome. Não se pode defender a vida das massas sem a reivindicação do salário mínimo vital com escala móvel de reajuste.

Que “O Trabalho” faça peripécias para colaborar com a política burguesa do PT, é compreensível. Trata-se de uma corrente pequeno-burguesa talhada no burocratismo sindical. Que “O Trabalho” mantenha a defesa da IV Internacional e se pronuncie como “trotskista” é um contra-senso. Apenas conserva formalmente a bandeira do marxismo e do internacionalismo.

Retomada da inflação

Resposta operária – escala móvel de reajuste

Tudo indica que a inflação começa a romper a meta de 4,5%, estabelecida no governo Lula e controlada pelo Banco Central. O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) atingiu 11,39%. Os alimentos básicos sofreram uma alta significativa. A Fundação Getúlio Vargas (FGV) apurou que os assalariados que recebem de 1 a 2,5 salários mínimos estão sendo os mais afetados pelo aumento dos preços. O Índice de Preços ao Consumidor – Classe 1 (IPC-C1) fechará o ano de 2010 com 7,33%. Esse salto se deve ao aumento de 33,9% da carne bovina, 25,5% no leite longa vida e 19,2% no arroz e feijão. As passagens de ônibus subiram 9,62%. Nos cálculos da FGV, a alimentação tem peso de 40% nos gastos das famílias que recebem de 1 a 2,5 salários mínimos.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômico (Dieese) o custo de vida 6,91%. Evidencia-se uma tendência inflacionária nos bens de consumo popular. Os 6,91% foi a maior alta desde 2004 (7,7%).

Os indicadores internacionais também apontam o encarecimento mundial dos alimentos. Tudo indica que a crise aberta em 2008 está trazendo à tona os desequilíbrios estruturais que pareciam extintos.

A inflação resulta em brutal expropriação salarial. Empobrece amplas camadas e amplia a miséria. Desencadeia conflitos interburgueses. Inevitavelmente, obriga os explorados se defenderem, e assim projeta a luta de classes.

As pressões inflacionárias no Brasil estão no começo. A burguesia pretende que o novo governo tome medidas que evitem uma rápida explosão e provoque a desordem social. Mas não há nada a fazer que não atinja negativamente o crescimento econômico e as condições

de vida das massas.

As esperadas restrições nos gastos governamentais, com a contenção fiscal, implicam apenas cortes em serviços públicos e direitos sociais. Não está em questão atacar o ponto central do desequilíbrio orçamentário que se encontra na fabulosa dívida interna e externa, no gigantesco montante de juros, na descarada especulação do capital financeiro e no controle monopolista dos preços.

Os anos dourados dos últimos oito anos do capitalismo mundial estão comprometidos pela crise que deve se prolongar. A melhoria das condições de consumo e a estabilidade do emprego não têm como se prolongar. A retomada da inflação é um sintoma da enfermidade econômica do capitalismo, como a febre é sintoma de infecção no organismo.

O problema está em que a classe operária e os demais explorados não estão preparados para as mudanças que operam na economia e na vida social. O desarmamento programático e político do proletariado resulta em profunda desorganização das bases. A burocracia sindical, comprometida com a política econômica da burguesia e embalada na ilusão de uma estabilidade duradoura do capitalismo, impossibilitou que a classe operária se manifestasse e avançasse na defesa de suas reivindicações.

Cabe à sua vanguarda cumprir a tarefa de preparar os explorados para uma nova situação da economia e da luta de classes. Diante do aumento do custo de vida, coloca-se a campanha pela reivindicação de **REAJUSTE AUTOMÁTICO**, por meio da aplicação da **ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE**. É parte da situação, a defesa do **SALÁRIO MÍNIMO VITAL COM ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE**.

Reforma da CLT

Burocracia perigosa

A estatização dos sindicatos, da CUT e demais Centrais chegou ao seu mais alto ponto sob o governo de Lula/ PT/ PMDB/PDT/PSB/PCdoB. O que significa anulá-los como instrumento de defesa dos explorados contra a exploração capitalista. A política operária de luta de classes é substituída pela política burguesa, ou pequeno-burguesa, de conciliação de classes.

A estatização coloca a direção sindical sob a influência, mais ou menos direta, dos governos, dos partidos e demais instituições da classe capitalista. No sentido inverso, a direção sindical colaboracionista se torna autônoma em relação à classe operária e a ela se superpõe. Já não há necessidade das assembleias, não é preciso ouvir o que pensam os operários, as greves se tornam desnecessárias e as eleições para mudar a direção são completamente manipuladas, quando não extintas.

A fração burocrática da CUT deve ser responsabilizada pela degeneração dos sindicatos em organismos de colaboração de classes. A direita, representada pela Força Sindical, desde sempre foi claramente agente da patronal, além disso é minoritária. Unidas, essas duas frações – uma ligada ao PT e outra ao PDT – controlam o movimento sindical e promovem a estatização.

A crescente influência das multinacionais na economia e, portanto, no poder do Estado, aumenta as pressões para que os sindicatos assimilem a estratégia internacional do capital. A denominada “flexibilização do trabalho” corresponde à necessidade da burguesia imperialista, que se sobrepõe às burguesias nacionais das semicolônias. Implica uma gama de “reformas” antioperárias, objetivando o incremento da taxa de lucro.

Ampliada a concorrência mundial, explorados novos contingentes de mão-de-obra barata e aumentado o protecionismo, as multinacionais e o grande empresariado nacional (no

caso do Brasil) forçam os sindicatos a fazerem acordos de flexibilização. Ou seja, a aceitarem a destruição de antigas conquistas do proletariado, arrancadas por meio da luta de classes. Caminha-se no sentido contrário da defesa da vida das massas.

Os patrões se utilizam do desemprego e das demissões, apresentando o emprego como moeda de troca. Tornaram-se comuns as ameaças de mudar a fábrica para outros estados ou mesmo para outros países. A burocracia se vale dessas pressões e de fatos consumados para convencer os assalariados de que o melhor a fazer é negociar a flexibilização.

Desde o final de 1990, as multinacionais iniciaram uma ofensiva para que o governo e os sindicatos viabilizassem uma mudança nas relações trabalhistas corporificadas nas Leis de Consolidação do Trabalho (CLT). O princípio básico da reforma consiste na flexibilização das leis que regem as relações entre capital e trabalho. Trataria de tornar a CLT letra morta. Haveria a supremacia do acordado sobre o legislado. Bastaria que os sindicatos e o patronato decidissem reduzir, limitar ou eliminar um direito garantido pela CLT para que o negociado se tornasse válido, ainda que contrariasse a legislação.

Como uma drástica mudança poderia despertar revolta entre os assalariados, os capitalistas e a burocracia foram realizando as tais das negociações de forma gradual e conforme as necessidades imediatas do capital. A Volkswagen e a direção petista do sindicato metalúrgico de São Bernardo tomaram a frente desse processo já nos anos 90, desembocando no reconhecimento da PLR para substituir parte dos salários, no banco de horas com redução dos salários, na expansão e consolidação da terceirização, etc.

Uma minirreforma trabalhista foi esboçada e colocada em prática.

Mas os capitalistas queriam avançar a “segurança jurídica”. Os acordos parciais têm de ser reconhecidos como superiores aos acordos gerais. Já está em prática o não cumprimento de acordos coletivos sob a alegação de dificuldades financeiras da empresa. Uma vez que ficou consignado que a flexibilização do trabalho é a marca da “globalização” econômica do capitalismo e da “modernidade” burguesa, a Justiça do Trabalho vem aceitando medidas que ferem direitos trabalhistas.

Havia a expectativa de que o governo Lula resolvesse definitivamente a pendência, impondo à burocracia servil a reforma trabalhista. A manobra consistia em atender o pleito da burocracia de se fazer uma “reforma sindical”, que lhe daria poderes para negociar a flexibilização, uma maior margem de disputa entre as várias frações burocráticas, rompendo a “unicidade sindical”, legalizando as centrais e consagrando uma nova distribuição do imposto sindical, que a CUT dizia rejeitar.

Não se realizou a reforma sindical na sua totalidade, mas se legalizaram as centrais e se distribuiu o dinheiro.

A burguesia criticou o fato de Lula ficar no meio do caminho, quando as possibilidades para a ampla reforma estavam dadas. A notícia que se tem é de que o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e a CUT resolveram retomar a reforma trabalhista e apresentar um projeto a ser enviado ao Congresso Nacional. A idéia dos burocratas é de mexer apenas na CLT, conservando os direitos consagrados na Constituição, como aposentadoria e FGTS.

Caso a burocracia vá em frente nesse propósito e a classe operária não reagir a tempo, o negociado imperará sobre a lei que garante direitos conquistados. A militância revolucionária tem a tarefa de denunciar para a classe operária e demais explorados o projeto de flexibilização dos burocratas vendidos.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

Denunciamos os fabulosos ganhos dos parlamentares

No fim de ano, os parlamentares resolveram se dar um aguardado presente. Aumentaram seus salários, que foram para as nuvens. As vantagens dos “representantes do povo” no Senado e na Câmara de Deputados são muitas, mas a maior delas é de poderem aumentar seus salários. Os capitalistas têm a propriedade privada dos meios de produção, obtêm o lucro explorando a mão de obra; os assalariados se querem defender seus míseros ganhos têm de ir para a greve, enfrentar a polícia, as demissões, etc.; e os parlamentares têm garantida a faculdade de se dizerem o quanto valem.

E por que é assim? Porque o parlamento e os parlamentares são serviçais da classe capitalista. Para cumprirem bem sua função de legislador burguês, os parlamentares usufruem da parte da mais-valia arrancada da classe operária que é destinada a manter o Estado. Isso se dá na forma de impostos.

Os políticos e partidos da classe capitalista formam uma casta parasitária que consome milhões provenientes da exploração e da miséria da maioria. Alguns setores da ordem burguesa se mostraram indignados com o escandaloso aumento dos congressistas, mas não passou de hipocrisia. O seu clamor contra as “mordomias” serve para acobertar a função dos parlamentares de conduzir os negócios dos capitalistas. Reclamam por alguns dias do abuso do poder dos parlamentares, mas logo tudo cai no esquecimento.

O protesto estudantil em Brasília de nada valeu, por não expressar um grande movimento das massas. A burocracia sindical está comprometida com a política burguesa. Os burocratas têm lá suas representações na “Casa”. Um salário gordo é do interesse dos sindicalistas carreiristas e vendidos. O brutal abismo entre os ganhos dos parlamentares e a miserabilidade de milhões é tomado como natural.

O retrocesso que sofreu o movimento operário, camponês e popular no último período, que abrange os governos de Fernando H. Cardoso e de Luiz Ignácio da Silva, explica o porquê de não ter havido nenhuma repercussão política sobre as massas oprimidas. Mas o distanciamento inevitável e cada vez maior da casta dirigente dos explorados se manifestará no futuro da luta de classes como um fator favorável à revolução social.

Cabe aos revolucionários denunciar e abrir os olhos dos trabalhadores e da juventude. A conduta rapina dos parlamentares espelha a sociedade capitalista.

O abuso do poder burguês

Por um decreto legislativo, decidido em quinze minutos, no apagar da luz do ano 2010, os parlamentares brasileiros decidiram que passarão a ganhar mensalmente R\$26.700,00. A medida vale também para a presidente da República, vice-presidente e ministros. O valor de R\$26.700,00 corresponde ao maior salário do Poder Judiciário. Assim, a nova presidente começará a governar sentada sobre um reajuste de 133,9%. Os nobres parlamentares estufaram suas almofadas com 61,8%. Os deputados estaduais, governadores, vereadores e prefeitos aguardavam a prebenda.

Num fechar e abrir de olhos, os políticos da burguesia mergulham mais no fundo ainda das maravilhas da sinecura. Entrarão no ano 2011 deitados no canonicato festivo. Deputados e senadores, para cuidarem zelosamente da coisa pública, além do salário, recebem cotão, verba indenizatória, auxílio moradia. Com os R\$26.700,00, as vantagens vão longe. Mas que importância tem saber que um parlamentar custará mais de R\$ 400.000,00 para os cofres públicos?

Os jornais gritaram: “Aumento imoral”. Denunciaram a “farra”. Expuseram os números acima expostos. Porém, não mais do que indignação hipócrita. O essencial está em que os parlamentares apenas colocaram mais tinta cor-de-rosa no retrato da democracia burguesa. Um dos poucos parlamentares que se opuseram ao nababesco aumento lamentou que assim os deputados e a instituição parlamentar se afastarão ainda mais do povo. A apreensão mal esconde a impotência de uma mirrada oposição legislativa pequeno-burguesa.

O parlamento e os governantes não podem ficar mais divorciados do “povo” do que já estiveram e estão. Há muito tempo o parlamento é uma instituição historicamente falida. Dele não vem nada para resolver os grandes problemas nacionais e sociais. A sua falência superestrutural expressa a decadência da sociedade de classe, baseada na grande propriedade e na gigantesca concentração de riqueza em um pólo e de pobreza em outro. Se não se transformam as relações de propriedade, não se tem um regime político do “povo”.

O escandaloso aumento dos salários é compatível com o papel dos parlamentares, governantes e juizes em garantir a vigência da grande propriedade dos meios de produção e da alta concentração de riqueza. É chocante o fato de milhões receberem um salário mínimo de R\$510,00. Mais chocante ainda é milhões sobreviverem com menos de 1 salário mínimo e o governo da burguesia despender migalhas para 11 milhões de famílias, sendo que jamais sairão da miséria. As campanhas salariais do segundo semestre foram consideradas boas pela burocracia sindical, principalmente dos metalúrgicos que conseguiram entre 9 a 11%. Como se vê, um pequeno aumento para um mar de produção. Milhares de operários têxteis do estado de São Paulo obtiveram míseros 6,76%, sendo que o salário inicial de uma operária (o) é de R\$ 583,00 e passará a R\$ 630,00. Uma massa jovem é sacrificada nas fábricas, comércio etc.

Pois bem, a presidente Dilma Rousseff se pronunciou por um salário mínimo de R\$ 540,00, quando os cálculos conservadores do Dieese provam que deveria ser de R\$ 2.227,53. Argumento do governo: as contas públicas não aguentam um aumento maior. Ou seja, as contas públicas da burguesia aguentam apenas cumprir com os interesses dos banqueiros, latifundiários, multinacionais etc. A elevação dos salários dos parlamentares e governantes está de acordo com esse funcionamento e princípio da economia capitalista.

Não há por que se escandalizar. Há que se entender, denunciar e defender com vigor o programa de defesa da classe operária, dos pobres e oprimidos, a começar pela

bandeira de um salário mínimo real e emprego a todos. A classe operária e os camponeses pobres, por ora anestesiados pela colaboração de classe levada a cabo pelo PT, CUT e seus aliados da direita sindical, estão em contradição com a grande propriedade capitalista e com seu Estado. Suportam o peso da opulenta burguesia, peso esse que tende a crescer e se tornar insuportável. Os explorados não tardarão em reagir, retomando os patamares mais altos da luta de classes. A tarefa é trabalhar fundo pela construção do partido revolucionário.

Verba pública para os partidos – um acordo entre devedores

Os partidos burgueses, a partir de seus líderes, decidiram um aumento de 62% no Fundo Partidário subsidiado pelo Tesouro Nacional. Do montante de R\$ 165 milhões, se passou para R\$ 265 milhões, ou seja, de um só golpe, um incremento de R\$ 100 milhões.

Essa exorbitância atende ao endividamento dos maiores partidos (PT, PMDB, PSDB, DEM), que explodiu na campanha presidencial de 2010.

Em 2002, o Fundo era de R\$ 131 milhões. Praticamente, dobrou com a nova elevação. A verba é distribuída segundo o número de votos obtidos.

A abundância de dinheiro público objetiva garantir a saúde financeira dos partidos que gastaram muito além dos milhões

recebidos de grupos econômicos na disputa eleitoral. É assim que funcionam os partidos burgueses e a democracia do capitalismo.

O exercício da ditadura de classe da burguesia sobre a classe operária e a maioria oprimida depende da estrutura partidária, como parte do conjunto institucional do Estado (Executivo, Judiciário, Forças Armadas, Polícia). Uma enorme parcela das riquezas produzida nas fábricas e campos vai para o Estado em forma de impostos. E, desses recursos, uma importante fatia é destinada a garantir o funcionamento das instituições que sustentam a exploração do trabalho, controlam as massas e reprimem as suas manifestações.

As eleições são um meio importante de dominação da maioria. Os partidos a arrastam atrás de si para constituir o governo que lhes irá disciplinar e oprimir. Eis por que gastam a vontade e não recebem as dívidas gigantescas. Sempre haverá uma fonte de financiamento da burguesia.

O descaramento do aumento de R\$ 100 milhões é prova de que os partidos capitalistas não temem a classe operária desorganizada e os seus sindicatos estatizados pela burocracia sindical, vinculada ao PT, PDT, PSB, PCdoB etc.

O Partido Operário Revolucionário denuncia a bandalheira dos partidos da burguesia. Chama a classe operária a se opor frontalmente à democracia burguesa decadente e apodrecida com o programa da revolução e ditadura proletárias.

Enchentes na Região de São Mateus só têm um culpado: a burguesia e seus capachos

No sábado, dia 08/01, houve a primeira enchente na região de São Mateus, atingiu principalmente os bairros próximos ao Rodoanel.

Desde o ano passado, essa região vem tentando impor suas reivindicações à Prefeitura de São Paulo, exigindo muros de arrimo, limpeza dos córregos e moradia. Mas o prefeito não deu a mínima importância, então vieram as chuvas de 2011 e, como as de 2010, deslizaram morros, encheram os córregos e quem já não tinha nada, perdeu a vida.

As enchentes têm duas causas: a primeira no desmatamento de mais de 1 milhão e duzentos mil metros quadrados do Pico Parque São Rafael, para ampliar o aterro sanitário, área cedida pela Prefeitura de São Paulo, pelo governo do Estado e pela Caixa Econômica Federal para a Ecurbis; a segunda com a construção do Rodoanel (obra do PAC dirigido pela Dersa),

que trouxe assoreamento dos córregos e as enchentes com maior violência. As obras nesta região servem para encher os bolsos das empresas e os cofres da Prefeitura, e para destruir a vida daqueles que trabalham.

No dia 18/01, nova chuva e, de lá para cá, os moradores estão ilhados e o morro vem desabando aos poucos, as associações de bairros estão de boca calada, pois apoiaram todas essas obras em nome de “compensações” e as defenderam como necessárias para o progresso da região. Estão obrigadas agora a se esconderem diante de tanta destruição. O POR trabalha por organizar um movimento de defesa da população atingida. Somente com manifestações e bloqueios de ruas é possível arrancar da Prefeitura as moradias, as indenizações de perdas dos poucos bens das famílias pobres e as obras necessárias de urbanização.

Pernambuco: Possesiros são os donos da terra

Há 20 anos, trinta famílias de possesiros ocupam terras na região do complexo Suape. Os pequenos agricultores vivem do cultivo desses trinta sítios. Ocorre que a empresa Itapoama Mineração, que adquiriu as terras, iniciou a destruição das plantações dos agricultores, sem sequer pagar indenização.

Em agosto do ano passado, os possesiros foram notificados de que deveriam fazer um levantamento das árvores existentes nos sítios para efeito de indenizações. A Federação dos Agricultores dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco calculou o valor de R\$3,3 milhões pelos 30 sítios, mas a mineradora ofereceu uma esmola de R\$250 mil. Como

não houve acordo, as ameaças passaram a ser constantes e as máquinas iniciaram a derrubada das plantações.

O problema das terras em Suape vem sendo discutido com o governador já há alguns anos. São 25 mil possesiros que esperam os títulos de posse das terras e aguardam construção de 2 mil casas, prometidas pelo programa de Lula “Minha Casa”. O governador havia prometido uma indenização real pelas desapropriações, mas nada saiu do papel.

A luta dos 30 possesiros deve se somar com os milhares que se encontram em Pernambuco e no País. Que o Estado cumpra com as promessas e que o direito à terra seja assegurado.

Bahia: Mais um camponês assassinado

Antonio Plinio é mais uma vítima do conflito agrário. Foi morto a tiros e a cabeça degolada, numa tentativa de intimidar os que lutam contra a grilagem de terras na região de Fundo de Pasto Serra do Bode, região de Monte Santo. Trata-se de um conflito que se arrasta desde 2006. Em 2010, os camponeses receberam a notificação de reintegração da área em nome de José Francisco Dantas. As terras públicas estavam sendo contestadas na justiça em nome do grileiro, o que causou nova ação por parte dos agricultores. Até o momento, nada foi

decidido, mas o grileiro insiste em passar o trator por cima das plantações dos camponeses.

Resultado desse conflito, Antonio Plinio foi brutalmente assassinado. A Justiça é morosa para os camponeses, mas é ágil em favor dos latifundiários e grileiros. A defesa das terras depende unicamente da ação dos camponeses. Responder ao assassinato de Antonio Plinio, lutando sem tréguas contra os assassinos. Está aí um exemplo que mostra a necessidade do movimento camponês organizar a sua autodefesa.

Lula favorece a privatização da saúde

O compromisso de Lula com os empresários da saúde foi cumprido. Enviou ao Congresso Nacional, que tem a maioria governamental, a Medida Provisória 520/2010. A MP determina a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, uma sociedade anônima de direito privado, com patrimônio próprio e com o dinheiro da União. Inicialmente, está ligada aos hospitais federais, mas servirá de modelo para a legalização das Organizações Sociais (OSs) nos estados. Trata-se de uma fundação privada que movimenta as verbas públicas do setor.

Para os trabalhadores, a MP significará a legalização dos contratos temporários por meio de processo seletivo simplificado, pela contratação no regime da CLT. Os contratos não poderão ultrapassar dois anos. Portanto, mais um ataque à

estabilidade do funcionário público. A conquista da estabilidade vem sendo golpeada em vários setores do funcionalismo, a exemplo da educação no estado de São Paulo, onde parte dos professores tem seus contratos temporários e pela CLT. Ganha o Estado que se livra de parte dos servidores, particularmente das aposentadorias, e ganha as empresas que usam o dinheiro público para ampliar seus negócios. Perdem os trabalhadores e a população pobre que depende da saúde pública.

A privatização do SUS vem sendo imposta pelos governos federal, estaduais e municipais. A PL 92, que também está no Congresso Nacional, amplia as OSs e as Fundações. Em São Paulo, o PSDB, utiliza as Organizações Sociais para imprimir a privatização do SUS.

Por um único sistema de saúde estatal e sob o controle da classe operária

As reivindicações de fim das Medidas Provisórias que privatizam a saúde pública devem estar acompanhadas de bandeiras que permitem a unidade dos explorados para arrancar das mãos dos empresários da saúde o destino da saúde. Não dá para defender a estatização da saúde sem se colocar pelo fim da rede privada. A existência da saúde privada se dá em detrimento da pública/estatal. Os governos não fazem senão cumprir a exigência dos capitalistas, que é a

entrega dos serviços públicos para a exploração. Transformá-los em mercadorias para a lucratividade do capital.

Nesse sentido, a luta contra as MPs privatistas deve estar ancorada no programa operário de defesa de um único sistema público e estatal, expropriação da rede privada e conveniada sem indenização, efetivação de todos os que trabalham na saúde, reajuste imediato dos salários e garantia de conquistas trabalhistas.

Qual deve ser o valor do Salário Mínimo Vital?

O salário mínimo vital corresponde ao necessário para uma família de 4 pessoas (dois adultos e duas crianças), incluindo moradia, alimentação, educação, saúde, vestuário, higiene, transporte e lazer. O governo decretou o valor de R\$540,00. O Dieese calcula em R\$2.227,53 (dezembro de 2010) como o mínimo necessário. Estabelece que a Ração Essencial para o trabalhador mensal deve ser:

Carne-6 kg; leite-7,5l.; feijão-4,5kg; arroz-3 kg; farinha-1,5 kg; batata-6 kg; tomate-9 kg; pão-6 kg; açúcar-3 kg; banana-7,5 kg; óleo-900 ml; manteiga-750g e café - 600g.

Segundo o Dieese, para um único trabalhador comer essa Ração é necessário dispor de R\$ 265,15 (cálculo de São Paulo - a variação é mínima de um estado para outro). Como se trata da família, serão preciso R\$795,45. O que vale dizer que o mínimo do governo sequer compra a cesta-básica.

Em nossos cálculos, o valor estabelecido pelo Dieese não cobre integralmente as necessidades vitais da família. O Partido Operário Revolucionário realizou os cálculos e janeiro de 2009.

Agora, corrigimos pelo ICV-Dieese de 4,05% em 2009 e 6,91% em 2010. Resultando na seguinte tabela:

Alimentação	- R\$ 1365,20
Habitação	- R\$ 899,73
Transporte	- R\$ 529,68
Saúde	- R\$ 312,72
Educação	- R\$ 344,23
Vestuário	- R\$ 178,53
Despesas residência	- R\$ 107,42
Despesas pessoais	- R\$ 95,56
Total	- R\$ 3.824,07

Portanto, o salário mínimo vital deve ser de R\$ 3.824,07. É necessário rechaçar o miserável salário mínimo de R\$540,00, reajustado pelo governo e denunciar a posição da burocracia sindical de R\$580,00. Trata-se de os sindicatos convocarem assembleias e que nelas se apresentem o valor real do salário mínimo pra que seja votado e defendido por um movimento nacional da classe operária.

“Janeiro quente”- ocupações de terra

Com o nome de “janeiro quente”, o movimento camponês retomou as ocupações de terra no estado de São Paulo. Sob o comando de José Rainha, ex-integrante do MST, foram realizadas mais de 30 ocupações. As direções do movimento estão sendo pressionadas pelas péssimas condições vividas pelas famílias acampadas. No estado, são mais de 2 mil famílias em lonas e na região do Pontal do Paranapanema são 25 acampamentos perfazendo 1000 famílias.

A precariedade dos acampados e a demora em assentar as famílias em fazendas já colocadas à disposição para a reforma agrária levaram à movimentação dos camponeses. Mas as lideranças do movimento justificam que não se trata de resistir aos despejos. As ocupações têm a função de apressar as reuniões com os organismos governamentais para que os assentamentos sejam implementados.

Na carta dirigida à população, as lideranças justificam a ação. Entre as justificativas estão: “estamos acampados simplesmente para denunciar as áreas que não cumprem a sua função social e para cobrar a reforma agrária como manda a Constituição Federal”. Em seguida, apresenta a pauta de reivindicações, contendo o assentamento imediato de 1000 famílias na região, desapropriação das grandes fazendas que não cumprem a “função social”, desapropriação de propriedades que têm dívidas com a União, que cometem “crimes ambientais” e que praticam o trabalho escravo.

Apesar das ações dos camponeses, que causam ira por parte da burguesia e seus governantes, o “janeiro quente” está sob a orientação pacifista-reformista de se obter os assentamentos por meio de negociações com o governo do Estado.

O movimento camponês já provou que boa parte das terras da região foi grilada, que as fazendas são improdutivas, que as propriedades assinaladas têm dívidas impagáveis ao Estado e que parte delas praticam a exploração do trabalho escravo. Portanto, as exigências para a desapropriação são evidentes.

Não reivindicam a desapropriação sem indenização. Querem unicamente mostrar o lado legal da exigência da desapropriação para assentar as famílias.

O governo Alckmin e de Dilma condenaram o método da ocupação e se colocaram pelas negociações. Os camponeses conhecem bem o significado das negociações sem luta, mas estão submetidos à política das direções. O apoio do MST a Dilma o torna dependente da política governamental. A pressão sobre o PSDB, Alckmin, se faz respeitando o direito constitucional à propriedade privada da terra. A fraqueza do movimento dos camponeses está, portanto, na ausência da política revolucionária.

A política “responsável” das direções camponesas conduz o movimento a um beco sem saída. A política proletária para o campo considera que o acesso dos camponeses à terra virá por meio da revolução agrária, que expropriará sem indenização a grande propriedade latifundiária e coletivizará as agro empresas. A tarefa democrática de colocar as terras nas mãos dos camponeses não pode ser cumprida no interior do sistema capitalista, que tem como essência o direito à propriedade privada dos meios de produção. É, por isso, que a solução dos graves problemas do campo não se dá sob os marcos da democracia burguesa e de seu Estado. Virá, sim, pela revolução proletária, que expropriará o conjunto da burguesia.

Alguns dirão que isso é coisa do futuro e que agora o movimento tem de buscar o que é possível. O possível no capitalismo é o respeito à propriedade privada. Por essa via, o movimento camponês está fadado ao fracasso. Sem dúvida, a luta camponesa deve arrancar conquistas sob o capitalismo por meio das ocupações e da autodefesa. Para isso, é necessário defender o programa de expropriação geral do latifúndio, a nacionalização das terras, formar os comitês agrários e buscar a aliança com a classe operária.

Sai Lula sem cumprir os assentamentos prometidos

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) fez um balanço da reforma agrária na “Era Lula”. Diz que as ocupações de terra, embora tenham reduzido nos últimos anos, ficaram próximas da “Era FHC”. No governo FHC, 570 mil famílias foram envolvidas em 3.880 ocupações. No de Lula, 480 mil famílias, 3621 ocupações de terra. Completa dizendo que o ano de 2010 foi o pior. Houve a redução de 44% do número de famílias assentadas, em relação a 2009, e diminuição de 72% do número de hectares destinados à reforma agrária. Além do Incra sofrer o corte de quase a metade do orçamento. Conclui que a “disputa no Brasil entre dois projetos

para o campo está sendo desequilibrada em favor dos poderosos de sempre. De um lado, se favorece com recursos públicos abundantes o agronegócio (...) De outro, praticamente se relega a um plano inferior a agricultura familiar e camponesa que é responsável pela produção de alimentos, do abastecimento do mercado interno e pelo emprego de mais de 85% da mão de obra no campo”.

O que é real no balanço? É o fato do governo Lula, apoiado pela CPT e MST, não ter cumprido a promessa de assentamentos, de ter cortado verbas destinadas aos assentamentos e de ter favorecido o agronegócio.

O que é falso no balanço? A conclusão de que a disputa de dois projetos “está sendo desequilibrada”. Lula foi um governo burguês e pró-imperialista. Um governo eleito para administrar os negócios da classe capitalista, só pode favorecer os proprietários dos meios de produção. Sob a pressão do imperialismo, Lula impulsionou o agronegócio e desnacionalizou grandes extensões de terra. Por essa razão, o “desequilíbrio” de dois projetos antagônicos para o campo é pura invenção para ludibriar os que vivem debaixo das lonas, nos assentamentos e os que dão a vida na luta pela terra.

Educação para todos não virá com o novo PNE

Dia 14 de dezembro, Haddad entregou ao presidente Lula o projeto de lei que institui o Plano Nacional de Educação (2011-2020). A entrega foi apenas simbólica porque o projeto não seria votado e deveria ainda receber emendas tanto dos deputados quanto dos senadores. O que ainda aparece como concessão pífia aos reformistas da educação pode se transformar tão logo em letra morta.

Lembramos que o novo PNE teve como base o documento final do CONAE realizado em 2010 pelo governo e pela burocracia sindical ligada à educação. O governo manteve no projeto de lei as “intenções” expressas em metas. Vinte metas compõem as “estratégias” para melhorar a educação.

As que dizem respeito ao aumento de vagas e matrículas para a população, evidencia-se o mesmo raquitismo que o PNE de FHC trazia em si. Somente se fala de universalização nas faixas etárias em que as taxas já estão acima dos 80% (dos 4 aos 17 anos). No entanto, mantém-se o déficit de creches para as crianças de 0 a 3 anos e a exclusão dos jovens de 18 a 24 anos do ensino superior, porque em ambas as faixas a meta não ultrapassa os 50% de atendidos; hoje, apenas 14,4% de jovens estão matriculados em universidades e apenas 18,4% das crianças estão nas creches.

Erradicar o analfabetismo absoluto até 2020 e reduzir em 50% o analfabetismo funcional são metas inócuas. O governo Lula tentou isso nos oito anos de mandato e as taxas mantiveram-se iguais, o programa Brasil Alfabetizado foi uma grande farsa, que serviu para as prefeituras arrancarem dinheiro do governo federal.

As metas que tratam do magistério são as que apresentam as “concessões” à burocracia sindical. Refletem, no entanto, a exploração do trabalho a que estão sujeitos os profissionais da educação. As metas sobre a formação “continuada” dos professores e da obrigação dos planos de carreira formulam o ataque que os trabalhadores do magistério sofreram ao longo dos anos 90 e 2000 e que, agora, tanto governo quanto burocratas dos

sindicatos defendem. Maior formação acadêmica, maior qualificação para salários e jornadas mais miseráveis.

A nomeação de diretores pela comunidade e “por critérios técnicos de mérito” dá a esperança de que a tal “gestão democrática” vai enfim se concretizar, já que desde 1988 ela parece ser uma promessa sem tempo de se esgotar e à qual os reformistas se apegam, mas que serve apenas para alimentar uma ilusão de que a escola atual, de classe, pode ser “democrática”.

A meta mais importante, contudo mais secundarizada dentro do projeto, é da elevação do recursos para Educação. O documento final do CONAE apresentava um índice de 10%, no projeto de lei aparece 7%. O governo “democrático” que chamou a “sociedade civil” para elaborar o Plano não acatou o ponto central que é a elevação das verbas. Evidencia-se a farsa do CONAE e demonstra-se que o índice de 7%, mesmo que cumprido, não poderia efetivar as demais metas elencadas. O novo PNE terá o mesmo destino do anterior: será engavetado e as metas, ainda que medíocres, não se realizarão.

Burocracia vai se apoiar no novo PNE

Burocratas de todo o país, começando pela CNTE, defenderão o novo PNE e justificarão suas faltas como “passos” para um futuro melhor para a educação. Nada mais são do que passos em falso. O direito democrático de educação para todos, da creche ao ensino superior, não pode se efetivar em um país atrasado cuja força de trabalho está encarcerada historicamente pela divisão internacional do trabalho.

Entretanto, se o PNE não avança na tarefa democrática, atinge outros objetivos de imediato. Garante a manutenção do ensino privado em coexistência com o público, reafirma o arrocho salarial (Piso Nacional) e as políticas de centralização do trabalho docente (plano de carreira baseados nos tais critérios “técnicos” de mérito), mantém o Fundeb com sua lógica fraudulenta de custo-aluno e a municipalização. Enfim, o novo PNE

atua dentro dos marcos de reforma de educação iniciados na década de 90 que representam destruição do existente.

Ao contrário, qualquer plano de educação deve partir da premissa que os recursos devem ser determinados pelos que trabalham e estudam nas escolas. Tomar a Educação como uma tarefa democrática é defender o ensino para todos em todos os níveis, com o fim da rede privada de ensino, através de sua estatização. Elevar culturalmente as massas, porém, exige combinar as reivindicações imediatas da juventude e dos trabalhadores da educação com as reivindicações socialistas, que indicam que uma nova escola não pode surgir de uma sociedade em decomposição, como a capitalista.

A bandeira de ensino público, gratuito, laico e vinculado à produção social não será obra de qualquer governo burguês, apenas a revolução socialista poderá colocar na ordem do dia os problemas educacionais e resolvê-los.

Os trabalhadores da educação e a juventude oprimida devem partir das reivindicações imediatas que implicam a unidade dos explorados contra a burguesia e seus governos, que destroem a educação. Entre elas:

1. Um único sistema de ensino público, estatal e sob o controle dos trabalhadores;
2. Estatização de toda rede privada, sem indenização;
3. Acesso a toda juventude oprimida em todos os níveis de ensino;
4. Emprego aos jovens por meio da combinação do trabalho com os estudos. Ou seja, 4 horas na produção e o restante na escola e lazer;
5. Defesa do salário mínimo vital, como forma de manter a família em condições dignas de existência;
6. Defesa da escala móvel das horas de trabalho, para que não haja nenhum trabalhador da educação e nenhum jovem desempregados
7. Independência política dos organismos dos trabalhadores (sindicatos e Central) e dos estudantes do governo e do Estado;
8. Combate às burocracias sindicais e estudantis que apóiam a política educacional dos governantes.

Um congresso de colaboração de classes

O congresso ocorreu em Brasília, no período de 14 à 16 de Janeiro. Contou com mais de 2000 trabalhadores em educação, 41 entidades filiadas, sendo de 26 estados, 14 municípios e do distrito federal. Como já era esperado, o Congresso só serviu para arrastar os trabalhadores a apoiar o governo Dilma e suas políticas educacionais privatistas. O PNE que a burocracia sindical defende não é mais do que o velho PNE do governo FHC/Lula, reeditado para a nova década.

A colaboração de classes foi descarada. A “indignação” reformista da ala majoritária PT/PCdoB, dos anos passados, não se manifestou nesse congresso. Os hotéis luxuosos estão conseguindo calar as delegações mais empobrecidas do resto do país. A burocracia sindical apresentava as idéias do governo, ditas como suas, através de painéis, exposições, gravações e livros. Fora do congresso, na Esplanada, foi enviada uma delegação de “Notáveis” composta por representantes de Centrais sindicais internacionais e da direção da CNTE para homenagear o ministro Haddad pelo atual PNE.

A Corrente Proletária denunciou a colaboração de classes e o PNE governamental, que reafirma as políticas neoliberais do Banco Mundial.

Fim da proporcionalidade

No primeiro dia, houve a discussão do regimento. A ala majoritária aplicou um golpe para excluir as correntes minoritárias opositoras. Para isso, criou um artifício no ponto da proporcionalidade de composição de chapas. Antes, as chapas que obtivessem mais que 10% dos votos poderiam compor a direção. Agora, com o novo artifício, quem tiver menos de 20% está fora, pois a chapa que obter mais de 81% dirige sozinha a entidade.

Esse mecanismo fraudulento já foi usado no congresso passado garantindo às correntes majoritárias total controle da Confederação. Agora, decidiram legitimar a mudança estatutária.

As correntes de Oposição se contrapuseram ao golpe na proporcionalidade. A Corrente Proletária denunciou na plenária do

regimento as manobras fraudulentas da burocracia vendida.

4 dias de enaltecimento do governo

No primeiro dia, teve a abertura com a festa dos reformistas e a homenagem ao ministro da educação. No final da noite, começou a plenária do regimento, esvaziada. No segundo, houve os painéis educacional e sindical. O sindical contou com Altamiro Borges, Rosana Silva e João Felício falando sobre a “importância do governo Dilma e Piso nacional para os professores e funcionários que é uma questão ainda não resolvida”. O que não foi dito é como vai se resolver o problema. À tarde, foi o painel educacional. Contou com a participação de Carlos Abicalil, ex dirigente da CNTE, hoje deputado PT-MT, para defender a aprovação de um projeto de lei sobre integração de comunidades indígenas e quilombolas. Esteve presente também o Prof. Gaudêncio Frigotto, criticando as cartilhas e Regina Vinhaes, secretária da Educação de DF, falando de valorização dos profissionais. Todos os convidados fazem parte de algum órgão governamental e, dessa forma, não poderiam deixar de mostrar seu apego ao governo e aos planos, seja do PDE, PNE e da LDB privatista.

Somente a partir do terceiro dia, o congresso começou discutir as resoluções. Pela manhã, ocorreram os grupos, onde os proponentes puderam apresentar suas teses contidas no caderno de resoluções. Eram 11 resoluções: Corrente Sindical Classista-CSC/CTB; Corrente Proletária na Educação; O Trabalho; Unidos para Lutar e TLS; CSP- Conlutas; Articulação de esquerda; CSD - CUT Socialista e Democrática; CPERS - Conlutas e Intersindical; Tese 9, racha da CSD; Intersindical; Articulação. Foram 5 grupos: Conjuntura, Educacional: Sindical e Estatuto; Balanço e Plano de Lutas; e Políticas Permanentes. À tarde, ocorreram as plenárias de conjuntura, educacional e sindical. Finalmente, no 4º dia, realizaram-se as plenárias de estatuto, balanço, plano de lutas e a eleição da direção.

Bloco governista impôs a política colaboracionista

Formaram-se blocos de intervenção

nas plenárias deliberativas. De um lado, Articulação/AE, CSD, CTBeO Trabalho, que apresentaram resoluções em conjunto ao plenário, configurando-se como apoiadores do governo. De outro, Intersindical, CSP-Colutas, Unidos Para Lutar, TLS, CPERS, Conlutas e Intersindical, que também se fundiram. A Corrente Proletária apresentou suas resoluções separadamente, haja vista a diferença programática em relação às demais correntes opositoras. O método das plenárias era baseado na apresentação das resoluções e votação. Como as correntes se fundiram em dois grandes blocos, tiveram 15 minutos para exporem. O POR teve 6 minutos.

Na plenária sindical, a burocracia arrastou os delegados a apoiar o PNE, que foi exaltado como um “avanço”. Os burocratas destacaram ainda as “conquistas” parlamentares em torno das legislações e reformas. Em nenhum momento, falou-se em greves, passeatas organizadas, ou em qualquer mobilização nacional. A Corrente Proletária denunciou o isolamento das greves ocorridas nos estados, no ano passado. O bloco majoritário insistiu no método de rebaixar as reivindicações. Propôs fazer parte da comissão da CUT que reivindicará um salário mínimo de R\$ 580,00 e de resolver o impasse do Piso no STF. Chamou atenção o fato de “O Trabalho” defender os míseros R\$ 580,00, arrastando-se por trás da burocracia cutista.

Não houve plano de lutas

Mais um golpe contra os trabalhadores. O plenário já estava esvaziado quando começou a discussão do plano de lutas. A burocracia iniciou o processo de eleição da direção, fora do plenário. Os delegados saíram e estavam nas filas. Começaram as apresentações das resoluções do plano de luta, quando um delegado da Articulação fez o encaminhamento de suspender a plenária e submeter todas as propostas à nova direção, desde que fossem consensuais. Ora, não há consenso, só se valia a da ala majoritária.

Plenária Educacional

Os debates se vincularam em torno do

Piso de 1300 reais, do Sistema Nacional Articulado, que visa a centralização das políticas públicas como medida de melhoria da gestão das políticas e do Plano Nacional de Educação(2011-2020). O objetivo foi de mostrar o chamado ‘avanço’ em relação a época de FHC.

A Corrente Proletária interveio na defesa de um congresso de luta e em defesa da democracia operária. Denunciou a estatização da CNTE e dos sindicatos filiados e a farsa do PNE. Defendeu o salário mínimo vital, com a escala móvel de trabalho; a estabilidade a todos sem concursos públicos; um único sistema de educação público, laico e estatal; estatização de todo sistema privado; fim das reformas privatistas da educação e o ensino a distância.

Eleição da Direção

Formou-se três chapas, sendo a terceira proveniente da cisão do bloco governista, a CSD, que divergiu em relação ao fim da proporcionalidade. Teve 4,2% dos votos. A chapa opositora intitulada “Por uma CNTE democrática, autônoma, independente, de luta”,

agrupou a Conlutas, Intersindical, UNIDOS, TLS, POR e Independentes. .

A chapa governista foi constituída pelo PT/Articulação/AE/CTB, CSD e O Trabalho. Obteve 79,38% dos votos válidos. Pela manobra aprovada, a chapa que obteve 4,2% foi excluída. Os votos foram recalculados. A chapa opositora ficou com 18% e a governista 82%. Assim, foi declarada vitoriosa.

A importância da Oposição

Foi importante a atuação dos setores de Oposição. Porém, não pode se limitar aos momentos do congresso. Só tem sentido se se realmente se constituir como fração revolucionária de combate à burocracia e à estatização dos sindicatos. O que pressupõe a existência de plenárias comuns para impulsionar a luta dos trabalhadores da educação.

Chamou a atenção a representação enfraquecida da oposição. O número de delegados em relação ao congresso anterior foi drasticamente reduzido. Há que se avaliar se a causa principal é o avanço da burocratização ou a perda de terreno da oposição devido

à política incorreta e a adaptação de parte das correntes ao burocratismo. Diferentemente do congresso de 3 anos atrás, o PSTU não levantou a bandeira de desfiliação da CUT. Certamente, esse recuo reflete os impasses do divisionismo que tanto tem prejudicado a luta contra a direção burocrática.

Não foi surpresa

O POR esperava um congresso burocrático e governista. Atuou em posição completamente contrária à da burocracia. Tem a compreensão de que a CNTE expressa a estatização quase geral dos sindicatos e Centrais. Somente será transformada, arrancando da direção dos sindicatos a burocracia petista, pecebobista e congênere. A luta pela independência dos sindicatos diante do Estado e a conquista da democracia proletária é parte do combate revolucionário pela destruição do poder burguês.

A Corrente Proletária trabalha para pôr em pé a fração opositora no interior dos sindicatos estatizados, defendendo o programa proletário para a educação.

Manifesto ao Coneb: O novo PNE é privatista e excludente da maioria

Arrancar nas ruas as reivindicações com a luta independente em relação ao governo!

O jornal *O Estado de São Paulo* publicou, no final de 2010, uma nota sobre o Plano Nacional de Educação 2011-2020, afirmando que as metas apresentadas “são um retrato do que o Brasil deixou de fazer nos últimos dez anos”. Na verdade, essa análise é extremamente tímida. As diretrizes fixadas pelo novo PNE revelam o caráter retardatário da educação brasileira, refletindo a estrutura semicolonial de nosso país.

O passado de submissão faz do Brasil um país saqueado, mantido na condição de tributário do desenvolvimento das potências. O lugar ocupado na divisão internacional do trabalho, como fornecedor de matérias-primas, ainda não pôde ser ultrapassado. A educação reflete as relações sociais dominantes. Isto é, a imagem da escola que vemos no espelho é a da barbárie capitalista num país atrasado.

Apesar do tão proclamado avanço da sociedade brasileira com o PT no poder, nota-se que ainda persistem problemas como o analfabetismo, atendimento escolar deficitário e profundas desigualdades educacionais. O governo Lula não foi de ruptura com a política de FHC. Manteve a LDB privatista, a política de fundos e de municipalização, aprofundou a mercantilização do ensino superior (expansão da rede privada e incentivo ao ensino à distância) e - o principal - não aumentou as verbas para a educação (mantendo os cerca de 4% do PIB anualmente).

Identificamos vários aspectos negativos na proposta do governo, que nos faz rechaçá-la integralmente: 1) O plano mantém a linha de centralização do trabalho docente; 2) Conserva o arrocho salarial com um piso miserável; 3) Preserva os grupos capitalistas ligados à edu-

cação; 4) Dá continuidade à política de avaliação externa imposta de cima pra baixo; 5) Apresenta metas acanhadas de universalização do ensino e alfabetização, entre outros pontos.

Destacamos a décima segunda meta, que diz: “Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta”. Aqui temos uma confissão do governo, revelando que pretende manter dois terços da juventude (18 a 24 anos) fora da universidade. E isso considerando que o plano tem uma abrangência de dez anos! A preservação da exclusão da maioria da juventude ao ensino superior mostra o caráter excludente do novo PNE.

A aceitação do domínio dos capitalistas da educação sobre o ensino superior é prova de que o PNE é privatista. Durante o governo Lula, a mercantilização da educação cresceu, aumentou o número de universidades privadas em proporção bem maior que de universidades públicas, e nem mesmo as metas do PNE de FHC foram cumpridas. Esses dados mostram que a política educacional do governo Lula, que regeu a formulação do novo PNE e que continua sob Dilma, é favorável à mercantilização do ensino.

A implantação do ensino a distância (EaD) corresponde às necessidades de criação de mercado para investimento capitalista e economia de gastos públicos com a educação. O EaD não é, como se afirma, a adequação da educação às novas tecnologias de informação. Não trata de introduzir essas tecnologias no ensino presencial, mas de substituí-lo. Ao fazê-lo, destrói um para colocar em seu lugar o outro. O resultado

é a maior separação entre sujeito e objeto, supressão do coletivo pelo individualismo, sucateamento geral da educação, maior mercantilização, enfim, é a destruição do ensino presencial. O PNE se coloca por impulsionar essa política reacionária.

O novo PNE, que foi apresentado pelo Executivo, terá de ser aprovado pelo Congresso. Mesmo se aprovado, terá caráter apenas indicativo. Em nossa opinião, trata-se de um conjunto de metas e estratégias vagas, dentre as quais muitas não sairão do papel. Uma formalidade burocrática que deve ser rechaçada por somente alimentar ilusões - além de seu conteúdo privatista e excludente.

A direção da UNE alimentará a ideia de negociar propostas do PNE, aceitando-o como um todo. Ao invés da luta estudantil se chocar contra o privatismo e a exclusão da maioria através da mobilização, a direção procurará a via da pressão parlamentar e das negociações de aspectos. Essa política conciliadora não será capaz de defender os interesses dos estudantes e só pode levar à derrota do movimento.

Chamamos os estudantes presentes nesse CONEB a rechaçar o PNE de Lula e Dilma. Este encontro deve servir para a organização da luta independente do governo, partindo das reivindicações mais sentidas e ligando-as aos temas mais gerais, especialmente como a questão da crise mundial do capitalismo, que certamente voltará a se manifestar no Brasil e recairá com força sobre a juventude. O método a ser empregado é o da ação direta, em aliança com a classe operária e demais oprimidos, a única via capaz de conduzir à vitória.

O que os estudantes devem esperar do governo Dilma?

O 13º Conselho Nacional de Entidades de Base (CONEB) da União Nacional dos Estudantes acontece após a eleição de mais um governo burguês no Brasil. O governo de Dilma Rousseff representa a continuidade do governo de Lula, inimigo dos estudantes e demais oprimidos. A eleição de Dilma não é o que diz a direção majoritária da UNE e demais partidos de esquerda (PSOL, PCR etc.), que apoiaram a candidata ou a consideraram mal menor frente a candidatura abertamente neoliberal de José Serra. Não reconhecem o caráter burguês de ambas as candidaturas, e prova disso é que foi fruto da coalizão com partidos oligárquicos como o PMDB para controlar a máquina do Estado em favor dos opressores.

A crise mundial ainda não atingiu o Brasil com a intensidade como se vê na Europa, mas a fase de bonança dos oito anos do governo Lula está se esgotando, não tendo sido suficiente para mostrar seu verdadeiro caráter de classe e eliminar as ilusões das massas no governo, que não foi obrigado pela crise a atacar frontalmente as massas. A alta popularidade do governo Lula foi fruto, por um lado, do crescimento econômico dos últimos anos e, por outro, do endividamento das massas e do assistencialismo.

O governo de Dilma terá pela frente a tarefa de manter os interesses do capital nacional e internacional cortando verbas, como já se tem anunciado, e completar as reformas neoliberais iniciadas no governo de Lula, em especial a sindical/trabalhista, a previdenciária e a tributária. Os cortes no orçamento já anunciados pelo governo, de oito bilhões de reais, e o recente aumento miserável do salário mínimo são uma completa afronta aos trabalhadores e à juventude. É preciso que os estudantes reconheçam o caráter burguês do governo Dilma, que já anunciou um ataque aos estudantes e trabalhadores com um aumento miserável para R\$ 540 no salário mínimo, enquanto que os parlamentares aumentaram seus salários em mais de 61%.

O atual governo dá continuidade à política educacional de Lula (Reuni, PROUNI, FIES, ENEM), com a manutenção do ministro da educação Fernando Haddad, responsável por muitos ataques aos es-

tudantes. A meta da Reforma Universitária de colocar 30% dos jovens no ensino superior sequer chegou perto, apenas 14,9% estão matriculados, bem distantes da tarefa de universalizar o ensino. Enquanto isso na última avaliação internacional da OCDE, que mede o nível básico de leitura, o Brasil teve um desempenho ruim, ficando apenas na 53ª posição dos 65 países avaliados.

O CONEB terá o objetivo de garantir o apoio ao novo governo e aprovar seu mais novo ataque a educação, o Plano Nacional de Educação (PNE). Cumprirá também o papel de projetar o Rio de Janeiro como sede da copa do Mundo e das Olimpíadas, tanto é que a recente ocupação nos morros da Cidade Maravilhosa com a desculpa de acabar com o tráfico de drogas não sofreu a menor crítica por parte da direção majoritária da UNE, isso porque estão coadunados com o governo no objetivo de mostrar para a opinião pública que o Rio é uma cidade segura para os milhares de turistas que virão por ocasião dos mega eventos.

A UNE, dirigida majoritariamente pelo PCdoB e PT, e que já vem desde longa data com um acentuado processo de burocratização, tem sido o principal sustentáculo no movimento estudantil da política reformista do governo Lula e agora continuará atrelada ao estado apoiando o governo Dilma. É necessário que esse CONEB tenha como principal tarefa aprovar uma resolução de completa autonomia política da entidade frente ao Estado e aos governos burgueses.

Propostas:

- Independência política e organizativa frente aos governos da burguesia: não ao governo Dilma/PT, não às políticas burguesas para a educação;
- Rechaçar o Plano Nacional da Educação, constituir um movimento nacional unitário de luta pelas reivindicações estudantis, que coloque o ensino público e gratuito para todos em todos os níveis, laico, científico, único, ligado à produção social;
- Pelo fim do ensino privado, por meio da estatização sem indenização de toda a rede particular, sob controle de quem trabalha e estuda;
- Contra o Sisu e o vestibular, que precarizam e excluem milhões do ensino superior: pelo acesso universal ao ensino em todos os níveis;
- Contra avaliações externas, que são impostas pelos governos, como o ENADE: pelo boicote geral de qualquer tipo de avaliação governamental;
- Contra o EaD (Ensino a Distância), pelo ensino presencial para todos;
- Por um calendário de lutas discutido desde as bases;
- Retomada da democracia estudantil, congresso de base e massivo, com eleição de delegados em assembleias; destruição da atual direção burocrática e estatizada e constituição de uma nova direção, com um programa revolucionário;
- Defender as mobilizações estudantis, greves, ocupações de prédios etc., como método para arrancar as reivindicações;
- Real autonomia das universidades, que só pode se assentar na assembleia geral universitária soberana, com voto universal, e no governo tripartite universitário subordinado a ela;
- Pelo fim da universidade de classe, burguesa, controlada e manipulada pelo poder econômico; pro uma nova universidade, que só pode se realizar com uma nova sociedade - unidade do movimento estudantil com o da classe operária: política proletária para o movimento estudantil, unidade na luta pela destruição do capitalismo e pela revolução proletária.

Prefeituras saqueiam bolso dos trabalhadores e presenteiam capitalistas com altas das tarifas e subsídios

Já virou rotina, janeiro é a temporada dos aumentos nas tarifas de ônibus. A data passou a ser a preferida pelos prefeitos após a onda de protestos estudantis que teve como marco a Revolta do Buzu, em Salvador, 2003. Desde então, foram inúmeras manifestações, bloqueios de terminais, paralisações, tentativas de organização e numerosas também as formas da repressão direta e de colaboração dos estalinistas e reformistas para bloquear estas lutas.

Neste início de 2011, já foram aumentadas as tarifas nas cidades de Rio de Janeiro-RJ, Joinville-SC, Salvador-BA, Vitória-ES, João Pessoa-PB, Recife-PE, Belo Horizonte-MG, no Rio Grande do Sul: Pelotas e Ijuí, em São Paulo: na capital e Guarulhos, Santo André, São Caetano, Diadema e Campinas. Outros aumentos estão prestes a serem anunciados: Curitiba-PR, Natal-RN, Porto Velho, RO, Aracaju-SE e Manaus-AM terão aumentos, mas não se sabe ainda o valor. Estas altas são uma forma de aumentar a exploração sobre os trabalhadores, pois representa um confisco cotidiano aos seus salários. E nas últimas décadas este assalto tem se acentuado. No início da década de 1980, por exemplo, com o salário mínimo era possível comprar 500 passagens na capital de São Paulo; hoje, só se consegue comprar 170 passagens.

O valor da tarifa é insustentável, representa sacrifícios cada vez maiores. Bloqueia o acesso a educação, cultura, saúde e trabalho. Nacionalmente, segundo o IBGE, é o serviço público que mais pesa no orçamento das famílias trabalhadoras. A própria associação nacional de donos das empresas de transporte (NTU) divulga que 37 milhões não conseguem pagar pelo serviço, tendo até que dormir nas ruas para ficar próximos aos locais de trabalho, voltando para casa sem regularidade.

Todos os custos do transporte são pagos pelos seus usuários, inclusive os financiamentos de campanha, os caixa 2 e mesadas para politiquieiros, juízes etc. Além, é claro dos rios de dinheiro que uma minoria de capitalistas embolsa. O transporte coletivo movimenta R\$ 25 bilhões por ano. As empresas de transporte são verdadeiras máfias envolvidas em todo tipo de corrupção no parlamento e executivo, compra de sindicatos, e assassinato de lideranças. Figuras como Nenê Constantino, assassino de líderes comunitários, dono da Gol Linhas aéreas, cerca de 100 empresas de transporte no país, fazendas (até mesmo com trabalho escravo), exemplificam a podridão que impera neste ramo.

“Subsídios”

Após a maré de protestos estudantis, o governo federal lançou em 2006 uma “proposta de barateamento do transporte urbano”. Pura balela, não passou de uma justificativa para enriquecer ainda mais os capitalistas, ampliando os subsídios federais e recomendando isenções de impostos também no plano municipal. Em Londrina-PR, o prefeito acaba de anunciar que pretende baixar a tarifa de R\$2,25 para R\$2,20. Faz isso para minimizar a rejeição popular, mas enquanto dá

uma migalha ao povo com uma mão, com a outra entregará oficialmente R\$ 7,2 milhões aos capitalistas. Nessa cidade o próprio Ministério Público questionou a “honestidade” da planilha de cálculos em que se baseou o aumento de 2003 – ano em que o movimento pula catraca enfrentou o prefeito do PT -, mas o questionamento não prosperou porque o judiciário evidentemente também é vendido às empresas de transporte.

Organização: varrer as ilusões reformistas do movimento pela tarifa

As lutas no transporte têm um alto potencial mobilizador. Desde 1879/1880, com a Revolta do Vintém, a maioria oprimida têm manifestado sua insatisfação com os aumentos. Uma onda de quebra-quebras de ônibus e trens se alastrou em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e cidades-satélites de Brasília de 1974 a 1981.

Anova onda que tem arrastado principalmente os estudantes desde 2003, precisa avançar. Em cada cidade, é fundamental expandir-se para os bairros proletários, incorporar cada vez mais trabalhadores e setores da juventude oprimida.

Faz falta uma organização nacional dos movimentos no transporte. Em 2005 tentou-se criar um Movimento Nacional pelo Passe Livre (MPL), mas a direção pseudo-anarquista, originária do reformismo petista bloqueou a possibilidade de se fazer uma frente nacional que unisse e impulsionasse as lutas que já estavam ocorrendo em várias cidades e estados. O MPL também reforça as ilusões em projetos de lei, criação de CPIs e Conselhos Municipais de Transporte: instrumentos da política burguesa.

Apesar de defender corretamente a total gratuidade do transporte (tarifa zero) e estimular a ação direta, o MPL reforça a possibilidade de que alguma lei municipal possa resolver os problemas do transporte. Isso aconteceu em Florianópolis em 2005. O resultado disso foi que o a Lei do Passe Livre, conseguida durante as mobilizações, foi depois retirada quando o movimento não estava mais na rua.

Diante disto, é preciso exigir **a estatização do sistema de transporte, sem indenização, que deve ser controlado pelos trabalhadores e usuários**. Esta é uma bandeira transitória e tem a finalidade de mostrar aos trabalhadores e à juventude o caminho correto para enfrentar este problema e aproximá-los da necessidade de liquidar com a propriedade privada capitalista. O transporte é um direito, não deve ser fonte de lucro. O capitalismo apodrecido não consegue mais sustentar seus escravos modernos – os trabalhadores assalariados e a juventude. Pelo contrário, transforma em mercadoria até os serviços sociais indispensáveis à sua reprodução como a saúde, educação e o transporte coletivo.

Cabe aos trabalhadores e juventude se organizarem de forma independente do Estado e da burguesia, com os métodos da ação direta, abandonando as ilusões reformistas. Neste choque, é importante que cheguem à conclusão de que é necessário sepultar o capitalismo.

São Paulo:

Ganhar as ruas contra o aumento da tarifa de ônibus

Uma violência contra a população

Em 05 de janeiro a Prefeitura de São Paulo reajustou as tarifas cobradas no transporte coletivo da cidade. Logo a seguir, as cidades vizinhas também impuseram aumentos de tarifas. O acréscimo de R\$ 0,30 fez com que esta chegasse ao absurdo valor de R\$ 3,00. Destaca-se que no ano de 2010 a tarifa já tinha sido reajustada, dos R\$ 2,30 para os R\$ 2,70. Isso significa que uma parte importante do salário dos trabalhadores será destinada a custear os lucros das empresas de ônibus, em detrimento do consumo de produtos e serviços básicos, por sinal hoje muito inflacionados.

Esta tarifa nem de longe significa algum tipo de conforto ao usuário. A frota está estagnada desde 2006, não acompanhando a crescente demanda de novos usuários. Os 14.900 ônibus existentes obrigam os trabalhadores a se submeterem a condições degradantes. Há muito os subsídios às empresas de ônibus ultrapassam os R\$ 600 milhões, pagos com dinheiro de nossos impostos. A ligação dos governantes e vereadores da Prefeitura de São Paulo com os capitalistas que exploram o transporte público é evidente – para não dizer escandalosa.

Sendo assim, o Movimento do Passe Livre (MPL) iniciou um processo de mobilização para a constituição de uma ampla frente de luta que tem como plataforma mais imediata a revogação do aumento da tarifa de ônibus.

A violência da PM visou a dissolver a manifestação

O ato de 13 de janeiro reuniu cerca de 700 pessoas e teve seu início com concentração em frente ao Teatro Municipal, não sendo o primeiro desta jornada de mobilizações. Outros dois atos ocorreram nos meses de novembro e dezembro de 2010, porém, muito distantes entre si.

Após fazer uma rápida parada em frente à sede da Prefeitura de São Paulo, a passeata traçou um trajeto que não provocava grandes transtornos ao trânsito, seguindo pela Rua São Ben-

to, Vale do Anhangabaú e Avenidas São João e Ipiranga. À medida em que a manifestação passava pela Praça da República, bloqueando totalmente a Avenida Ipiranga, o contingente de policiais militares foi gradativamente aumentando e se tornando mais provocativo. No momento em que a manifestação parou – coincidentemente em frente à Secretaria da Educação do Estado – um dos policiais militares abordou e deteve um dos estudantes que caminhava próximo ao calçadão. Imediata e acertadamente o movimento exigiu a libertação do estudante. Certamente a PM contava com esta resposta e a usou como pretexto para dissolver a manifestação.

Não houve confronto igual entre manifestantes e policiais. A violência exercida pelo braço armado do Estado foi unilateral e desproporcional. A perseguição aos presentes se estendeu pela região da República e Anhangabaú. Muitos foram espancados por grupos de policiais ou feridos pelas explosões das bombas de gás lacrimogênio e efeito moral, e tiros com balas de borracha. Os policiais, não satisfeitos em dissolver a manifestação, perseguiram grupos de estudantes pelas ruas e lojas do centro da cidade. O saldo de detidos excedeu 30 pessoas. O movimento demonstrou ainda não possuir um núcleo suficientemente sólido e apoio de massa para impedir a dispersão e responder à proposital ação desmobilizadora e violenta da PM.

O movimento encontrou o respaldo de uma parcela da população

Apesar do trajeto da última manifestação não ter sido muito favorável, pois seria de grande importância que ocorressem próximos ou – dependendo da correlação de forças – até mesmo dentro dos grandes terminais de ônibus, percebeu-se que há entre a população um descontentamento generalizado com o reajuste e o preço da tarifa. As pessoas procuravam os manifestantes em busca de panfletos para se informar sobre este

movimento que gritava bem alto contra o aumento da passagem. Além do mais, a revolta se estendeu também à violência exercida pela polícia, tentando esta mesma população, na medida do possível, impedir à agressão à juventude presente. É preciso dar um caráter organizado e mobilizador à indignação generalizada da população, trabalhando a bandeira da ação direta das massas.

O movimento pode se fortalecer

Basicamente, a manifestação foi composta por estudantes. O MPL segue encabeçando o movimento, porém com muitas dificuldades. Estiveram algumas correntes políticas presentes ao ato contra o aumento da passagem, porém não em grande peso. As correntes, no geral, não o divulgaram massivamente. Os sindicatos e centrais sindicais estiveram ausentes. Sem essas importantes forças políticas trabalhando para fortalecer o movimento, dificilmente a população se engajará em massa. As manifestações devem se intensificar desde já, com atos semanais. Os possíveis reajustes dos transportes metropolitanos – metrô, trem e ônibus intermunicipais – podem dar um novo fôlego ao movimento em fevereiro.

O Partido Operário Revolucionário defende:

- a) **TRANSPORTE PÚBLICO E GRATUITO PARA TODOS:** que nenhuma pessoa mais seja impedida de exercer suas atividades fundamentais ou se submeta a condições de grande desgaste físico por não possuir recursos financeiros para pagar a tarifa;
- b) **ESTATIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE, SOB O CONTROLE DOS TRABALHADORES EM GERAL:** para que o transporte público deixe de ser uma mercadoria, devemos expropriar os capitalistas sem indenização e retomá-lo para as mãos do Estado, sendo administrado de acordo com os interesses dos trabalhadores e usuários.

Francisco Morato

Os verdadeiros responsáveis pelas enchentes, falta de infraestrutura e desastres

Franco da Rocha ficou debaixo de águas na última semana devido às chuvas e abertura das comportas da represa de Mairiporã. O serviço de trem foi interrompido e centenas de pessoas tiveram dificuldades para chegar ao trabalho.

Francisco Morato, além de ser uma cidade com muitos problemas sociais, uma parte dos moradores sofre com as chuvas, enchentes e desabamentos de terras que põem ao chão casas, destruindo moradias de famílias operárias e deixando pessoas desabrigadas.

Os problemas de moradias precárias e de infraestrutura em Morato (saneamento básico, asfaltamento etc.) têm muito tempo, entra e sai prefeito e nada se resolve. Porém, as tarifas de serviços não páram de aumentar (por exemplo, a do ônibus). Pagamos impostos e não temos nem o que é caracterizado como básico.

Os programas de habitação do Governo do Estado não atendem a todos que precisam. As moradias nas favelas e cortiços na região metropolitana de SP são precárias. Por um lado, o Governo do Estado diz que está construindo conjuntos habitacionais usando da demagogia para falar que o Estado está “cada vez melhor”. Por outro lado, a mídia burguesa reforça a ideia de que as pessoas são culpadas por morarem nas chamadas áreas de risco, sequer considerando as condições socioeconômicas dos moradores e a negligência do poder público.

As prefeituras e os governos estaduais servem para administrar os negócios da classe burguesa. Pouco estão se importando se a classe operária e os trabalhadores das cidades perdem suas casas ou as suas vidas, como no caso de desabamentos de terras no Rio de Janeiro. Enquanto isso, os capitalistas estão confortáveis em seus condomínios fechados e em suas residências luxuosas.

A classe operária, os trabalhadores e a juventude devem se organizar para lutar contra a destruição de suas moradias, suas vidas e por melhores condições para viver, tendo sempre

em vista a independência política frente à burguesia e aos seus governos, os verdadeiros responsáveis pelas enchentes, falta de infra-estrutura e pelos desastres que aconteceram. Para isso, os oprimidos necessitam do programa operário para pôr fim a sociedade da minoria capitalista responsável por todas as mazelas sociais.

Quem paga o transporte caro e precário são os trabalhadores

A maioria dos trabalhadores da cidade de Francisco Morato precisa de ônibus, trem e metrô para chegar ao trabalho, porque a cidade fica afastada do centro comercial de SP e não tem indústrias.

A juventude também necessita de transporte para ir à escola ou à faculdade. Parece que não, mas geralmente é difícil encontrar vaga para estudar em uma escola perto de casa.

Os assalariados estão prejudicados economicamente. O salário mínimo é insuficiente para manter as despesas das famílias. Os aumentos das tarifas são abusivos. O trabalhador é quem paga passagens com preços absurdos e usa o transporte precário.

Os trabalhadores, os jovens, desempregados e todos aqueles que precisam do transporte público, se não têm dinheiro para pagar, andam a pé. Mais uma vez se paga pelo o que deveria ser um direito e não uma mercadoria. Os capitalistas exploram o serviço de transporte elevando as tarifas, não aumentando o número de ônibus, não dando aumento salarial real aos funcionários etc. deixando assim os seus negócios mais lucrativos.

Os governos municipais estão a serviço da classe burguesa impondo o reajuste das passagens e defendendo os seus interesses. Somente a classe operária, demais trabalhadores e a juventude mobilizados se organizando coletivamente poderão impedir os aumentos das tarifas.

Rondônia

Prefeito do PT Roberto Sobrinho e os empresários dos transportes coletivos em conluio aumentaram a tarifa

Presente de grego do prefeito do PT para estudantes e trabalhadores de Porto Velho

Estudantes e trabalhadores que entraram de férias foram surpreendidos com a decisão do secretário dos transportes do prefeito Roberto Sobrinho, **Itamar Ferreira, ex-presidente da CUT**, de aumentar as passagens para R\$2,60. A camarilha do prefeito organizou reuniões com o conselho dos transportes públicos, no período de férias de estudantes e de festividades de final de ano, e elevaram o valor da tarifa do transporte coletivo.

Prática que acontece desde a primeira gestão do prefeito petista, que assumiu o poder com o slogan “Porto Velho para Todos”.

Itamar manobrou a reunião com o Conselho, trazendo um comparativo com a tarifa de São Paulo e se escudando na presença intimidatória de um dos empresários dos transportes urbanos da capital. Colocou em votação, impedindo o direito dos observadores de intervirem.

Vejam que depois de eleitos os governos federais, estaduais e municipais juntos aos parlamentares aproveitam as festividades de final de ano e aprovam medidas antipopulares

de benefícios extraordinários aos burocratas do Estado. **Os parlamentares aprovam aumento de 62% em seus salários. Tudo aproveitando o final do ano quando os trabalhadores e a juventude estão desmobilizados.**

A **Corrente Proletária/POR** conclama estudantes de todos os níveis e os usuários do transporte coletivo e todos os explorados a ocuparem as ruas para barrar este ataque frontal que os parasitas do capital despejam sobre as massas.

Somente a ação coletiva poderá impedir que os governantes e a classe capitalista continuem impondo aumentos nas tarifas do transporte coletivo.

A **Corrente Proletária** tem como bandeira a defesa do **Passe Livre para estudantes e desempregados (sem ônus para os usuários); e estatização dos transportes coletivos sem indenização e colocados sob o controle dos trabalhadores. Como método, a ação direta e de massas nas ruas.**

BAHIA

Revolta do Buzu 2011: estudantes secundaristas à frente da luta contra o ataque à vida dos explorados

Desde o primeiro dia útil deste ano, 03 de janeiro de 2011, os estudantes secundaristas de Salvador estão mobilizados contra o atual aumento da tarifa de ônibus de R\$2,30 para R\$2,50. A prefeitura autorizou o aumento no período de férias escolares e durante o fim de semana. Os estudantes, no entanto, mobilizaram-se e cumprem jornada diária de mobilização desde o dia 03 de janeiro.

Relembrando e homenageando os vinte dias de luta, paralisações e manifestações que marcaram a histórica “Revolta do Buzu”, ocorrida em Salvador entre agosto e setembro 2003, os estudantes denominaram o atual movimento de “Revolta do Buzu 2011” (ou também pela expressão despolitizada “Movimento Exu Tranca Ruas”). Os principais pontos da pauta de reivindicações e a organização política do movimento se assemelham politicamente àqueles do movimento anterior.

Antecedentes da luta pelo Passe Livre

Em agosto de 2003, a prefeitura de Salvador (à época comandada por Antônio Imbassahy, ex-PFL) anunciou o aumento da tarifa de passagens de ônibus de R\$1,30 para R\$1,50. No dia 13 de agosto, iniciaram-se as primeiras mobilizações, com manifestação na Estação da Lapa, maior estação da capital baiana. O movimento era formado majoritariamente por estudantes secundaristas de escolas públicas e assumiu a tática da ação direta: congestionar a cidade, parar os ônibus e fazer a população viajar de graça.



Mobilizou mais de 20 mil estudantes de escolas públicas, particulares e universidades e fez o trânsito da cidade parar por 20 dias.

O desgaste das experiências políticas do estalinismo (PCdoB), reformismo pequeno-burguês (PT) e do centrismo (PSTU) e a ausência de uma sólida corrente proletária revolucionária entre os estudantes fizeram com que adquirissem grande expressão e influência as tendências anarquistas no seio do movimento, afogando a disposição de luta dos secundaristas no mero espontaneísmo. O anarquismo se esforçou por caracterizar o movimento como a-hierárquico, apartidário e autônomo.

Fez-se o diagnóstico que outra forma de luta, autônoma e difusa, estava surgindo e que poria em xeque os partidos tradicionais. Traduziam a degeneração estalinista, centrista e

reformista como o fracasso dos métodos de luta e organização históricos dos trabalhadores, partindo para o ataque a todo e qualquer partido político. Em seu lugar, surgiria, supunham, a autonomia e autogestão do sujeito coletivo, termo sob o qual se mascara o profundo individualismo das personalidades críticas adeptas do anarquismo e maneira como se distanciam de toda a história de luta do proletariado.

Guiados, portanto, por princípios difusos e alicerçados tão-somente no espontaneísmo da massa de jovens, o movimento lançou suas principais reivindicações: manutenção do preço da tarifa do ônibus em R\$ 1,30; meia passagem nos finais de semana, feriados e férias; gratuidade da 1.ª via do *Smart Card* (bilhete de passagem eletrônico); revitalização do Conselho Municipal de Transporte; melhoria dos transportes.

Após a instalação de uma rodada

de negociação com a prefeitura, as entidades estudantis, em sua maioria dirigidas pela UJS/PCdoB, revelaram mais uma vez o estado de degeneração em que estão submersos os estalinistas. Passaram por cima da massa de estudantes mobilizados, elaboraram uma pauta própria, acordaram alguns pontos com a administração municipal e deram o golpe de morte no movimento de estudantes, que ainda ensaiou reanimar-se nos dias posteriores ao acordo entidades-prefeitura feito no dia 02 de setembro. A negociata terminou na ampliação do benefício de meia-passage, mas o aumento da tarifa foi mantido.

A agonia do grande movimento de estudantes, deflagrada pela negociata entre estalinistas e administração municipal, revela o abandono político que sofrem as massas distantes do programa revolucionário. Juntas, a ação de anarquistas, estalinistas, centristas e reformistas unida à ausência do partido revolucionário no seio dos estudantes, fez com que o movimento cedesse às pressões burguesas. Todo o espírito combativo e de luta reunido nas mobilizações contribuiu, a despeito dos palavrório anarquista, para engrossar as fileiras dos partidos que abandonaram o programa do proletariado (bem como das entidades estudantis comandadas por eles: UBES - União Baiana de Estudantes Secundaristas, ABES - União Brasileira de Estudantes Secundaristas, UMES - União Metropolitana de Estudantes Secundaristas, UNE - União Nacional dos Estudantes). É fundamental que a vanguarda não permita as negociatas pro cima e pelas costas do movimento.

Retomada da Luta

Não obstante, todo o movimento estudantil de Salvador (e mesmo do Brasil, como em Florianópolis, Vitória e Fortaleza, em períodos subsequentes) ganhou novo ânimo. Intensificou-se o processo de crise da oligarquia carlista na Bahia; entidades estudantis foram reanimadas; formou-se, nacionalmente, o MPL - Movimento pelo Passe Livre. A juventude militante dos diversos

partidos à esquerda em Salvador, hoje, necessariamente, passou pela "Revolta do Buzu". O que evidencia o enorme potencial que reúne a juventude secundarista, apesar das tentativas de sabotagem dos anarquistas e correntes degeneradas e a tarefa do Partido Operário Revolucionário em penetrar nesse movimento.

A "Revolta do Buzu 2011" iniciou-se no dia 03 de janeiro com a manifestação de cerca de 500 estudantes bloqueando o trânsito na Rótula do Abacaxi e seguindo em passeata até a Estação de Transbordo Iguatemi. Infelizmente, a "Revolta do Buzu 2011" parece traçar o mesmo caminho do movimento anterior. Tão logo surge, declara-se como movimento independente, apesar da influência clara de partidos políticos como o PT, interessados decididamente em tornar o movimento em um confronto político particular contra o atual prefeito João Henrique (isolado, em crise e em vias de expulsão do PMDB) com vistas às próximas eleições municipais.

A pauta de reivindicações atuais são como réplica da primeira "Revolta do Buzu": passagem a R\$ 2,30, congelada por, no mínimo, 2 anos; reativação do Conselho Municipal de Transporte, com participação paritária da sociedade civil; facultatividade da recarga antecipada e fim da taxa de revalidação do *Salvador Card* (ex-*Smart Card* - bilhete de passagem eletrônico); meia passagem para todos os estudantes, incluindo os de educação profissional e EAD; regulamentação do aumento dos postos de recarga do *Salvador Card*; transformação da Estação de Transbordo da Lapa em um ponto de integração, como acontece nas estações Pirajá e Mussurunga, em que o cidadão não pague por mais um transporte coletivo; aumento da frota de transporte coletivo, com funcionamento por 24 horas; aumento e melhoria do sistema de integração interbairros (amarelinhos); toda frota viária da região metropolitana de Salvador, incluindo Lauro de Freitas, Camaçari, Candeias e Simões Filho, deve aderir ao sistema de meia-passage unificada, com *Salvador Card*, abarcando também os ônibus executivos; fim

dos limites diários de uso da meia-passage; aumento do período da integração tarifária com unificação das áreas de operação; inauguração imediata do metrô e ampliação do seu percurso; passe livre estudantil; passe livre para desempregados regularizados pelo SIMM (Serviço Municipal de Intermediação de Mão de obra) e para portadores de doenças crônicas.

Os itens da extensa pauta de reivindicações revelam a limitação política do movimento e a sua circunscrição ao estado burguês. Apesar de, novamente, adotarem o método revolucionário da ação direta, com passeatas, realização de assembleias em praças públicas e paralisação do trânsito, os estudantes carecem do programa revolucionário e tomam para si bandeiras reformistas e limitadas às determinações do estado de classe burguês.

Desde o dia 03 de janeiro, os estudantes secundaristas já realizaram extenso cronograma de mobilizações, com assembleias, novas paralisações de trânsito e passeata junto à tradicional "Lavagem do Bonfim" ocorrida no dia 13 de janeiro. Planejam ainda uma extensa programação e não se pretende parar o movimento até o início do calendário letivo. Juntam-se aos estudantes mobilizados os ferroviários da cidade de Salvador em greve há 48 dias por falta de recebimento de salários e benefícios e, ainda, a grave situação das obras inconclusas do metrô de Salvador, que já se arrastam por mais de uma década, servindo tão somente aos jogos políticos e à corrupção dos empreiteiros e parlamentares burgueses.

Diante da investida do estado burguês contra os explorados, o POR se coloca pela organização da luta. Construir a Corrente Proletária Estudantil entre os estudantes mobilizados! Pela estatização dos transportes públicos sob controle dos rodoviários, ferroviários e metroviários, demais trabalhadores e usuários! Pelo fim da cobrança de tarifas de transporte! Pela construção do Partido Operário Revolucionário! Em defesa da revolução e ditadura proletárias! Viva a luta dos estudantes!

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

XI Congresso do POR: um firme passo rumo à construção do partido marxista-leninista-trotskista no Brasil

O POR realizou seu 11º Congresso entre os dias 08 e 09 de janeiro de 2011, em meio às manifestações da crise mundial capitalista e ao início do novo governo burguês de Dilma/PT, amparado, de um lado, por uma ampla frente de partidos burgueses e, de outro, pelas direções do proletariado e do campesinato (CUT, MST etc) em elevado grau de burocratização e estatização. O Congresso refletiu o crescimento organizativo do partido no último período e o avanço no que diz respeito à tarefa de formar quadros revolucionários (militantes profissionais). Foram apresentadas e aprovadas resoluções políticas sobre a situação nacional e internacional, além da resolução organizativa que permitiu aperfeiçoar o trabalho do partido junto às massas, apontando a perspectiva da penetração na classe operária. O Congresso foi dedicado a Guillermo Lora, falecido dirigente do POR-Bolívia e incansável lutador, que uniu como poucos teoria e prática em uma abnegada e exemplar militância profissional em defesa da revolução proletária latino-americana e mundial.

Estiveram presentes as seções boliviana e argentina do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQUI), expressão do internacionalismo proletário da política porista, que em seus países enfrentam os ataques patronais e governamentais da burguesia, entre os quais destaca-se a recente medida de Evo Morales (MAS) que decretou um aumento insuportável dos combustíveis (o maldado gasolinazo) provocando uma imediata resposta das massas nas ruas que cada vez mais se apartam da farsa do 'socialismo andino'.

A realização de onze congressos, convocados com rigorosa regularidade quando o contrário é a regra na maioria das correntes que se reivindicam do marxismo (assaltadas por crises e cisões sem princípios), atesta o esforço da vanguarda organizada no POR em desenvolver o programa da revolução proletária no Brasil. O POR é um partido-programa, o que significa dizer que compreende a importância de penetrar a realidade nacional e revelar as leis da revolução em nosso país. Há pouco, completou 20 anos de existência; durante estas duas décadas, perfilou-se no objetivo de assentar as bases programáticas, táticas e organizativas que lhe permitissem enfrentar, na contracorrente dos acontecimentos, a espetacular crise de direção a que o proletariado brasileiro está submetido atualmente. Ainda encontra-se em sua fase embrionária de desenvolvimento e tudo indica que percorrerá um longo percurso até transformar-se em direção física das massas. A construção do partido revolucionário internacionalista capaz de derrotar ideologicamente a burguesia e seus agentes, os reformistas, e levar os explorados à tomada do poder é uma tarefa histórica, que não conhece atalhos. Os ajuntamentos sem princípios, as fusões assentadas em acordos eleitorais, etc, tão a gosto das correntes pseudo marxistas, estão na contramão das tarefas da revolução proletária. A elaboração programática é uma imposição histórica; exige que a militância penetre a fundo no seio das massas e transforme as experiências da luta de classes em teoria política.

O Congresso reafirmou que o proletariado brasileiro, o mais potente da América Latina, por seu peso social, sua força numérica, carece de tradição revolucionária. Fenômeno que tem profundas raízes históricas, tais como: a traição do PCB estalinista, colocado como dirigente do proletariado entre os anos 1930-1960, que capitulou ante o nacionalismo burguês; recusa em organizar a resistência sindical, mergulhando no foquismo (PC do B, VAR-Palmares, MR-8 etc) durante a ditadura militar nos anos 1970; e a formação do Partido dos Trabalhadores, eleitoral e colaboracionista, no período de ascensão dos explorados nos anos 80. Tais

são as raízes históricas e políticas da atual e formidável crise de direção do movimento operário e camponês em nosso país. Todo esse atraso exerce uma poderosa pressão contrária ao desenvolvimento do partido revolucionário, que só pôde avançar lentamente. São obstáculos que não podem ser removidos pelo subjetivismo, mas sim pela elevação política dos quadros e pela marcha ascendente da luta de classes.

As resoluções apresentadas mostraram o acerto da caracterização do governo Dilma como um governo burguês assentado numa coligação de partidos burgueses e refém do PMDB. Um governo de crise, que, para preservar os interesses capitalistas, estará obrigado a atacar a vida das massas por meio do arrocho salarial, da retomada de reformas constitucionais (previdenciária, trabalhista, tributária) e de cortes orçamentários; sendo, nesse intento, seguido por inúmeros outros nas esferas estadual e municipal. O Congresso avaliou que o governo Dilma nasce em meio a grandes dificuldades econômicas e políticas e será assaltado por disputas interburguesas, que colocarão em choque diferentes frações da burguesia interessadas em preservar seus lucros às custas umas das outras e principalmente dos trabalhadores. A crise europeia que arrancou da letargia setores inteiros do proletariado e juventude estabeleceram um novo patamar na luta de classes internacional, que tende a manifestar-se no Brasil. A retomada das greves gerais em vários países do velho continente mostram que o proletariado, a juventude e demais explorados não aceitarão passivamente os ataques dos governos e a proteção do sistema financeiro às expensas dos assalariados. Tendência similar tende a manifestar-se no horizonte dos países atrasados entre os quais está o Brasil, o que obriga o partido revolucionário a empunhar o programa de reivindicações transitórias como única resposta séria possível. A persistência da crise não terá outra consequência senão um profundo abalo nas ilusões dos explorados frente ao governo Dilma/PT. O controle férreo das burocracias sindicais cutista, forcionista etc sobre o proletariado tenderá a afrouxar-se. O programa das correntes será submetido a uma dura e decisiva prova. Ao mesmo tempo, o movimento sindical, camponês e estudantil, estatizados sob a batuta do PT/PC do B sentirão enormes dificuldades na sustentabilidade do governo. A cisão da CUT pelo PSTU-Conlutas mostrou o caminho sem saída seguido pelo centrismo, e põe, na ordem do dia, para os revolucionários, a propaganda em torno da unidade organizativa dos trabalhadores em uma Única Central, independente, classista e assentada nos métodos da ação direta de massas.

O XI Congresso mostrou que o POR vai, aos poucos, rompendo os obstáculos ao seu desenvolvimento e se inserindo na luta das massas. A retomada das lutas operárias com a decomposição mundial capitalista trabalha em favor dos trotskistas. Por isso a tarefa de formar os quadros e ajustar a tática será inadiável. A tarefa colocada para o próximo período é, por sua vez, a de estruturar uma fração revolucionária no seio do proletariado.

O POR sai fortalecido de seu XI Congresso. Configura-se como trincheira na luta de classes perante o lodaçal reformista, estalinista e centrista que campeia por todos os lados. Os debates durante seus trabalhos mostraram um grau mais elevado de homogeneidade programática e uma substancial elevação política da militância. Esta observação não é sem propósito. Significa que o partido encontra-se em melhores condições para penetrar no seio dos explorados, para enfrentar-se com a burocracia sindical e defender a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Viva o XI Congresso do POR!

Construir o partido marxista-leninista-trotskista!

Reconstruir a IV Internacional!

A concepção marxista de classe social

Finalizado o XI Congresso do POR realizou a Escola de Quadros Nacional, nos dias 10 e 11 de janeiro de 2011. A Escola de Quadros do POR ocorre com frequência nos estados em que atuamos. O objetivo é a formação marxista dos militantes, a assimilação da teoria revolucionária e da experiência do movimento operário internacional, visando a preparar a militância para a luta de classes. Realce-se a participação dos camaradas do POR argentino e boliviano.

O tema foi *As Classes Sociais no Brasil*. O estudo dividiu-se em três momentos, ambos marcados pela leitura e discussão coletiva em grupos dos dados dos textos, relato das discussões e debate em plenária. Procurou-se estudar coletivamente textos e passagens das obras de Marx, Engels, Lênin e Trotsky sobre o desenvolvimento do capitalismo, o surgimento da classe operária e os caracteres que definem historicamente as classes sociais no modo de produção capitalista, em particular o proletariado, classe a partir da qual se forja o programa revolucionário de superação do capitalismo e advento do socialismo. A meta desse primeiro momento foi realizar uma síntese coletiva do conceito marxista de classes sociais exposto nos clássicos.

Em seguida, realizamos a leitura e debate de um texto elaborado pelo partido, que realiza uma síntese da história da formação, desenvolvimento e estágio atual do proletariado e de suas formas de organização, mobilizações e lutas no Brasil. O estudo concreto da história do proletariado brasileiro, em estreita vinculação com o desenvolvimento do capitalismo semicolonial já na época do advento do imperialismo, tornou-se necessário em razão de precisar, no contexto da concepção marxista de classes sociais, as particularidades do capitalismo semicolonial, a dinâmica das classes sociais e as características do proletariado no Brasil.

Logo após, passamos a uma breve exposição e apreciação sobre os dados do IBGE, do IPEA e do Ministério do Trabalho em relação à estratificação de classes no Brasil, à composição dos trabalhadores assalariados e, entre eles, do proletariado, em relação aos demais setores da estrutura econômica e social do país. A assimilação teórica coletiva dos clássicos do marxismo, da história da formação e desenvolvimento do proletariado brasileiro, de sua organização e lutas, bem como do debate sobre os dados estatísticos, levaram à primeira conclusão fundamental da Escola de Quadros Nacional: que na concepção marxista as classes sociais são definidas pelo lugar que ocupam nas relações sociais de produção. Ou, dito do mesmo modo: pela sua relação com os meios de produção, com suas consequências nefastas nas relações de trabalho e na forma de obtenção dos meios de existência. Por estar ligado à produção social, aos grandes meios de produção, à produção da riqueza material, o proletariado das fábricas, das indústrias, de extração mineral e agrícola destaca-se do conjunto dos assalariados.

Trata-se de um marco teórico-político que diferencia claramente a concepção revolucionária marxista das concepções burguesas de classes definidas por faixas de renda (A, B, C, D...). tão em voga nesse momento, e das concepções reformistas, centristas e estalinistas que procuram fundamentar a sua visão de classe social em elementos secundários ou formais, com o objetivo de dissolver o proletariado, única classe revolucionária capaz de confrontar o capital até as últimas consequências, no conjunto dos assalariados, para com isso defender programas de distribuição de renda, democratização do Estado burguês e regeneração do capitalismo imperialista decadente.

Do estudo da formação da classe operária no Brasil, da sua organização, mobilizações e lutas, percebemos que a formação da classe

operária brasileira deu-se tardiamente, junto com o capitalismo no Brasil, ou seja, quando o capitalismo na Europa e nos Estados Unidos já era predominante nas relações sociais de produção. O capitalismo em nosso país se impôs no momento em que o capitalismo mundial, de conjunto, entrava definitivamente em sua fase de desagregação e decadência imperialista. O destino do capitalismo e da classe operária no Brasil está, pois, diretamente ligado ao mercado mundial e ao proletariado internacional.

A classe operária no Brasil se consolidou e concentrou-se por ação do grande capital internacional. Não foi desenvolvendo-se das cooperativas às manufaturas e destas à média e grande indústria como se deu na Europa até a Revolução Industrial e a formação dos grandes monopólios capitalistas. A classe operária brasileira se forjou e concentrou-se definitivamente pela interferência das multinacionais e grandes monopólios capitalistas, portanto, formou-se concentrada nas grandes indústrias. Ao mesmo tempo em que a ação da burguesia imperialista obstaculiza o desenvolvimento independente da economia nacional, contraditoriamente, desenvolve uma classe operária como uma força social poderosíssima ao concentrar em suas mãos os meios de produção de grande importância social no país.

Nesta percepção da origem da formação da classe operária no Brasil, percebemos o acerto do prognóstico de Marx e Engels de que o proletariado é criação original do capitalismo, forma-se e desenvolve-se juntamente com este. Uma característica particular da classe operária no Brasil são as suas diversas fases de desenvolvimento político. Numa primeira fase, final do séc. XIX, foi predominante o mutualismo, onde sem direitos trabalhistas, sobrevivia da ajuda mútua entre os trabalhadores; depois, início do século XX, a influência do anarco-sindicalismo oriundo dos imigrantes que formaram a força de trabalho no Brasil, principalmente os italianos; em seguida, a partir da década de 1930, a fase do sindicalismo corporativista, ou seja, atrelado ao Estado, no governo Vargas; a influência do PCB estalinista e o nacional-reformismo nas décadas de 50 e 60 do século XX e, por fim, a reorganização da esquerda brasileira e o ressurgimento da luta da classe operária no Brasil com a criação da CUT e do PT reformista, nas décadas de 70 e 80 do mesmo século.

Neste sentido, observamos que a classe operária brasileira, apesar de não ser carente de experiências de luta, não possui tradição nas ideias revolucionárias, o que significa a construção do partido-programa, a apropriação da formação do capitalismo no Brasil, a dinâmica das classes sociais e das suas lutas e o caráter da revolução proletária. O que traz mais uma dificuldade, dentre diversas outras, para a inserção do POR na classe operária. Ao observarmos os dados estatísticos do IBGE, a primeira conclusão que chegamos, foi que a classe operária no Brasil concentra meios de produção de grande importância para a reprodução do capital no país, assim se constituindo como única força social capaz de unir a rebelião das diversas outras classes exploradas no Brasil contra o poder da burguesia, para destruir o capitalismo e avançar na construção do socialismo internacional.

Para tanto, e esta é uma das principais conclusões da Escola de Quadros, é preciso construir o Partido Operário Revolucionário (POR) em nosso país e avançar coletivamente na reconstrução da IV Internacional. Sem o partido marxista não será possível transformar o instinto comunista do proletariado em consciência de classe revolucionária e socialista, de destruição da propriedade privada dos meios de produção e construção do socialismo.

Nesta edição:

- Bolívia: Nós trabalhadores e explorados em geral estamos derrotando nas ruas o gasolinaço Masista
- Unidade de todos os oprimidos para rechaçar nas ruas o covarde gasolinaço do governado explorador do M.A.S.
- Haiti – é necessário expulsar o imperialismo

Artigos do Cerqui



**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**

Bolívia:

Nós trabalhadores e explorados em geral estamos derrotando nas ruas o gasolinaço Masista

O Decreto-Supremo 748, anulado que protegia os lucros das companhias petrolíferas transnacionais à custa da miséria do povo boliviano, confirmou a verdadeira natureza do governo burguês e pró-imperialista do MAS. Foi uma execução servil das exigências do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional para garantir os investimentos de multinacionais imperialistas na Bolívia e dar a aparência de que a Bolívia é um país solvente para ter acesso aos créditos internacionais. Sem dúvida é uma medida capitalista que nem mesmo o neoliberal Goni Sanchez se atreveu a executar no passado.

Mais uma vez a ação direta dos explorados em geral se impôs, expulsando os dirigentes oficialistas e corrompidos das organizações sindicais e das chamadas “organizações sociais”. Os explorados advertiram o governo de Evo Morales que não estão dispostos a seguir sendo burro de carga e suportar as consequências da crise capitalista, salvaguardando assim os interesses materiais das multinacionais imperialistas e os governos imperialistas do país.

A experiência que acabamos de atravessar e que pôs em evidência o governo e seus serventes é uma consequência da política econômica demagógica e pró-burguesa do governo. Mostrou-se que, na Bolívia, nunca houve “nacionalização dos hidrocarbonetos”, as multinacionais nunca perderam o controle do milionário negócio do petróleo, foi uma deturpação grosseira essa de que os bolivianos se tornaram “acionistas majoritários” das multinacionais. Pôs-se a nu o falso anti-imperialismo do governo, que se limita aos discursos meramente radicais contra os gringos para enganar os eleitores enquanto em sua política econômica garante e protege os seus investimentos, defende à morte a grande propriedade privada dos meios de produção nas mãos das multinacionais e da classe dominante do país.

Sem dúvida, é uma vitória dos explorados ter derrotado o gasolinaço masista, mas a luta não acabou e está apenas começando. Mesmo antes da promulgação do DS. 748, ocorrera no país uma escalada de alta dos preços nos artigos de primeira necessidade acima de 20%. Com a promulgação da gasolinaço, esses preços dispararam muito mais, em muitos casos, acima de 100%. A experiência diária nos mostra que com o cancelamento de gasolinaço, com poucas exceções, os preços foram mantidos nos mesmos níveis de antes da revogação da medida. Uma compreensão elementar das leis do mercado nos leva a crer que uma oferta inferior à demanda tende a aumentar permanentemente o preço. Esse fenômeno não pune apenas os setores que dependem do salário, mas acima de tudo

mais duramente pune os outros setores importantes que vivem sozinhos (cooperativados, artesãos, pequenos proprietários, agricultores assentados em comunidades improdutivas, profissionais liberais etc.)

Por todas estas razões, pelo desenvolvimento do processo econômico e social, estamos obrigados a não relaxar nossa luta. Nós explorados devemos permanecer vigilantes para evitar que a besta ferida, a qualquer momento, possa voltar a dar um golpe para cumprir as exigências do mestre imperialista. O governo já anunciou a necessidade de fazer mini-gasolinaços de modo a torná-los menos dolorosos para a economia popular. Para conseguir este propósito, o governo utilizará os serviços de seus agentes da burocracia sindical (a Central Operária Boliviana, as Centrais Operárias dos Departamentos, as Confederações etc), para dar a aparência de consenso e legitimar suas medidas anti-operárias e anti-populares.

Por outro lado, para defendermos a força de trabalho e para não nos condenarmos a dificuldades adicionais a nós bolivianos, temos de nos organizar a partir da base. Lutar por:

1. A expulsão efetiva do país das multinacionais imperialistas.
2. Uma verdadeira nacionalização dos hidrocarbonetos expropriando todos os investimentos das multinacionais.
3. Um salário igual ao da cesta básica familiar e que este vá aumentando de acordo com o aumento dos preços dos bens de consumo (salário mínimo vital, com uma escala móvel).
4. Trabalho para todos os desempregados (redução da jornada de trabalho sem redução de salários, para acomodar aqueles que não trabalham).
5. Exigir do governo medidas concretas que visem a melhoria dos miseráveis rendimentos das pessoas que trabalham por conta própria permitindo-lhes enfrentar as consequências da crise sem destruir-se fisicamente e sem destruir as suas famílias.
6. Uma lei de previdência que garanta uma renda que cubra todas as necessidades de um aposentado. Que o patrão privado e o Estado garantam a sustentabilidade do regime de renda com suas contribuições.
7. A liquidação efetiva dos latifúndios e que suas terras sejam entregues aos camponeses e originários deste país.
8. Pelo livre cultivo e comercialização da folha de coca.
9. Contra a reforma educacional retrógrada, etnocêntrica e anti-científica que o governo pretende impor.

(extraído do “Masas” boliviano nº 2201, de 14/01/2011)

Esse comunicado foi emitido como resposta à medida de Evo Morales que elevou o preço da gasolina, o que desencadeou uma vasta mobilização e a consequente derrota do governo.

Gasolinação de Evo Morales: Comunicado do POR boliviano

Unidade de todos os oprimidos para rechaçar nas ruas o covarde gasolinação do governado explorador do M.A.S.

Aqueles que ainda acham que o M.A.S. e o camponês cocaleiro Evo Morales têm algo de revolucionário ou de governo popular vão se convencer agora que na realidade é mais um governo burguês, ainda que use poncho e abusadamente fale em nome do povo indígena e camponês.

O covarde e brutal gasolinação provocará uma subida escandalosa de preços aprofundando as condições de miséria da maioria explorada do país.

Dessa forma, os supostos inimigos dos governos neoliberais acabam fazendo a mesma coisa. O motivo: uns e outros são governos da burguesia, ou seja, no caso, do M.A.S. aplica a política burguesa, é pro-imperialista, serviçal dos ricos, protetor da grande propriedade privada burguesa, ou seja, é antioperário e antipopular.

O que cabe agora é organizar a luta unitária para jogar o M.A.S. e seu governo na lata de lixo dos vende-pátrias, exploradores e lacaios dos opressores (imperialismo, empresários, sanguessugas).

A Central Operária Boliviana que no passado era um órgão de luta unitária dos oprimidos, hoje, está controlada pelo governo por meio dos burocratas sindicais vendidos. Os

lacaio do governo nada farão efetivamente para organizar a luta popular.

Há que potenciar e fortalecer a intersindical da qual já participam os operários fabris de La Paz, os professores, os trabalhadores dos serviços de saúde e outros setores mais, para organizar a mobilização.

A resposta dos trabalhadores deve ser o reajuste salarial de acordo com o custo de vida. Não aceitar os “ *aumentos superiores ao índice da inflação*” que o decreto do gasolinação provocará, conforme anuncia o governo, pois todos sabemos que esse índice é completamente falso. O único parâmetro real que os trabalhadores devem defender é o custo de vida.

Para o exército de desempregados que sobrevivem como pode nas ruas não há compensação possível. Para os camponeses minifundiários, o gasolinação terminará de afundá-los na miséria e os obrigará a migrar para as cidades onde engrossarão as filas dos desempregados. Devemos exigir emprego para todos.

La paz, 26 de dezembro de 2010.

Alberto Sáenz

Sec. de imprensa do Partido Operário Revolucionário da Bolívia

Haiti – é necessário expulsar o imperialismo

Conhecemos a história de opressão do imperialismo norte-americano e francês sobre o Haiti. Os trabalhadores do país não podem se independizar sem um partido marxista que os organizasse na resistência e defesa da revolução.

Embora tenha sido um dos primeiros países a alcançar a sua independência no século XIX (1804) da então metrópole francesa, desde o começo do século XX foi invadido pelo imperialismo norte-americano. De 1915 a 1933, teve seu território ocupado pelo exército ianque. Vários golpes sob a égide norte-americana se processam até a subida no poder do médico Duvalier, o Papa Doc, que instaura uma sangrenta ditadura de 1957 a 1971. Antes de morrer, o ditador passa o poder ao filho, conhecido como Baby Doc, que fica até 1986. Eleições ocorrem sob a tutela dos EUA, já na década de 90. Sob o poder Aristide, que sofre um golpe, mas é reempossado. Depois de um mandato de Rene Préval, Aristide é eleito novamente, e sofre novo golpe em 2001, que o obriga a se exilar do país. Desde 2004, tropas da ONU, sob coordenação do exército brasileiro, ocupam o país.

As eleições organizadas agora em novembro de 2010 são apenas mais uma etapa da intervenção externa sobre a pequena ilha. O fato de apenas 23% dos possíveis eleitores (de um total de mais de 4 milhões) terem votado é um dos indícios da grande fraude, armada pelo governo com o consentimento de organismos imperialistas como a OEA, sob auspício dos Estados Unidos..

Concorriam às eleições presidenciais, dezenove candidatos, no entanto apenas três obtiveram percentual acima de 20%, divulgado em dezembro. O candidato do governo, Jude Celestin, ficou atrás da opositorista, Mirlande Manigat, mas há suspeitas de que teria sido derrotado também pelo cantor Michel Martelly, apontado pela OEA como segundo colocado. O Comitê Eleitoral, instalado pelo governo, ignorou os protestos da população contra a fraude e colocou oficialmente no segundo turno Jude e Mirlande, ambos

de partidos liberais burgueses. Os protestos continuam, com duas mortes já registradas. O fato é que o segundo turno marcado para o dia 16 de fevereiro de 2011 já não se realizou.

A situação de instabilidade política coloca as milícias armadas de grupos fascistas e de setores da população mais miserável em atividade. O choque com as tropas da ONU e dos EUA tende a se intensificar. A farsa democrática não consegue se estabelecer em um país de economia destruída e cujo desemprego chega a absurdos 80% da população ativa. O recente surto de cólera que já matou mais de 1800 haitianos só aumenta o desespero e ódio da população pelos invasores.

Os EUA que alimentam essa instabilidade, por sua intervenção, anunciaram através de “observadores” que houve uma grande fraude, ressuscitando inclusive a figura de Aristide, cujo partido não pode se inscrever para o pleito. A saída traçada pelo governo norte-americano, que tem montado uma enorme base militar no País, é garantir um governo títere, mas caso isso seja impossível, a resposta clássica é o golpe de Estado. Com a economia destruída e a queda prevista no PIB de 2010 em 15% (em 2009, o PIB foi de apenas, 6,5 bilhões de dólares), o Haiti serve para entrada de algumas multinacionais que podem explorar mão-de-obra barata.

A defesa da autodeterminação do povo haitiano se concretiza com a expulsão das tropas estrangeiras, incluindo a brasileira. O fim da opressão imperialista é uma tarefa dos trabalhadores haitianos, que só pode se concretizar com um governo operário, saído de um amplo levante das massas contra a débil burguesia local e contra o imperialismo norte-americano. As massas haitianas terão de conformar um poderoso movimento antiimperialista para expulsar os intervencionistas, entre eles as tropas brasileiras que servem aos Estados Unidos.